

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RICARDO KOUBIK SALDANHA

O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANAENSE
SEGUNDO O HISTÓRICO DA ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO E AS
ESTATÍSTICAS MAIS RECENTES

CURITIBA
2014

2014

RICARDO KOUBIK SALDANHA

O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANAENSE
SEGUNDO O HISTÓRICO DA ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO E AS
ESTATÍSTICAS MAIS RECENTES

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Pulquério Figueiredo Bittencourt

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO KOUBIK SALDANHA

**O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANAENSE
SEGUNDO O HISTÓRICO DA ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO E AS
ESTATÍSTICAS MAIS RECENTES**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Pulquério Figueiredo Bittencourt
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Luiz Vamberto de Santana
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 12 de dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha avó, D. Cidália, e a minha tia, D. Ana, pelo apoio diário.

A meus amigos, pelo convívio agradável nos anos de estudo.

A meu orientador, Prof. Pulquério, pela compreensão e auxílio, mesmo quando muito atarefado.

Ao Prof. Fuck pela disciplina de Economia Agrícola, que despertou meu interesse pelo tema, e pela ajuda nas primeiras fases do trabalho.

A meu primo Paulo Roberto Delgado, do Ipardes, e seus colegas Anael Cintra e Marisa Sugamoto, que cederam tempo de seu trabalho para dar o direcionamento inicial desta monografia.

RESUMO

Esta monografia busca caracterizar a agricultura familiar da mesorregião Sudoeste do Paraná. A relevância dessa categoria na região é sinalizada pelo valor da produção em 2006, que correspondia a mais de sessenta por cento do total produzido nos estabelecimentos agropecuários; enquanto em nível nacional essa proporção é de pouco mais de trinta por cento – de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (2014). Antes de tratar dessa mesorregião, se faz uma revisão teórica com o objetivo de definir agricultura familiar, de forma a evitar que a mesma seja entendida como sinônimo de pequena produção ou de uma base de produção agrícola desarticulada. Em seguida, será visto que o modo de exploração da terra na região sofreu mudanças radicais em dois momentos: durante a migração do agricultor descendente de europeus, vindos de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, nos anos 1940, e a modernização agrícola, nos anos 1970. Por fim, o trabalho apresenta uma série de variáveis agrícolas dessa mesorregião; tais como, valor da produção, condição jurídica do produtor, grau de especialização da produção, acesso a crédito rural, grau de integração ao mercado, uso de tecnologia, tipo de produção e tipo de agricultor (tipologia conforme a renda).

Palavras Chave: agricultura familiar, sudoeste paranaense, economia agrícola.

ABSTRACT

This paper aims to characterize the family farming of the regional division of Paraná Southwest. The relevance of this category in the region is indicated by the production value in 2006, which was over sixty percent of what is produced by all farms; while at the national level this proportion is just over thirty percent - according to the *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)* (2014). Before treating this region, is made a theoretical review with the objective of defining family agriculture, to prevent it be understood as a synonym for small production or disjointed agricultural production mode. Then it will be seen that the land exploration mode in the region has changed radically in two stages: during migration of Europeans' descendant farmers, coming from *Rio Grande do Sul* and *Santa Catarina*, in the 1940s, and the agricultural modernization, in the 1970s. Finally the paper presents a sort of agricultural variables in the Southwest; such as value of production, legal situation of the producer, degree of specialization of production, access to rural credit, degree of integration to the market, use of technology, type of production and type of farmer (type according to income).

Key words: family farming, Southwest of Paraná, agricultural economics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	AS OBRAS REVISADAS	11
2.2	ÁREA DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS VARIÁVEIS	12
2.3	OBTENÇÃO DE CRÉDITO	14
2.4	TECNOLOGIA, INTEGRAÇÃO AO MERCADO E GAMA DE PRODUTOS ..	15
2.5	MÃO DE OBRA.....	17
2.6	DEFINIÇÃO OBJETIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	18
3	METODOLOGIA.....	19
3.1	METODOLOGIA DO IBGE	19
3.2	METODOLOGIA FAO/INCRA.....	22
3.3	UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS	24
4	A MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E A RELEVÂNCIA DE SUA AGRICULTURA FAMILIAR	25
5	OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO	29
5.1	PRIMEIRA FASE DE OCUPAÇÃO (ATÉ A DÉCADA DE 1940)	30
5.1.1	Origem da população cabocla	30
5.1.2	Formas de exploração dos recursos e produção	30
5.1.3	O sistema de rotação de terras e o feitiço itinerante do caboclo	31
5.1.4	Comércio na economia cabocla	32
5.1.5	A Posse como Sistema de Aquisição da Terra	34
5.1.6	Cooperação de trabalho.....	34
5.2	SEGUNDA FASE DE OCUPAÇÃO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1940) E A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA ATÉ A DÉCADA DE 1970	35
5.2.1	A migração do colono e a substituição do caboclo	35
5.2.2	A revolta de 1957 e a colonização dirigida pelo estado	36
5.2.3	Exploração da terra pelo colono até 1970.....	38
5.2.4	Comércio e relação entre comerciante e colono até 1970	39

5.3	TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA DO SUDOESTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970	41
5.3.1	A tendência modernizadora e a política do Estado brasileiro	41
5.3.2	Diferenciação social no processo de modernização	42
5.3.3	Alterações na forma de produzir	43
5.3.4	Modernização parcialmente absorvida	45
6	VARIÁVEIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ ...	46
6.1	PRODUÇÃO.....	47
6.1.1	Uso de tecnologia	47
6.1.2	Gama de produtos	49
6.1.3	Especialização da produção e integração ao mercado.....	52
6.2	ACESSO AO CRÉDITO	54
6.3	ASSOCIATIVISMO	58
6.4	TRABALHO E RENDA	60
6.5	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	63
6.6	PERMANÊNCIA NO CAMPO	65
6.7	O DIRIGENTE DO ESTABELECIMENTO	67
7	CONCLUSÃO.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar o perfil da agricultura familiar da mesorregião Sudoeste do Paraná. Pretende-se resgatar os pontos mais relevantes da ocupação da região - primeiramente pelo caboclo, depois pelo colono – e relatar como se desenvolveu a economia agrícola da região, segundo seus principais aspectos, tais como a maneira de exploração da terra e as relações do produtor com o mercado. Também serão expostos dados atuais dessa mesorregião, com uma sorte de variáveis relacionados aos estabelecimentos agropecuários familiares, bem como as principais características associadas essas unidades nos dias de hoje.

Quanto aos dados apresentados, não faz parte do escopo do trabalho realizar análises quantitativas identificando funções que descrevam a causalidade entre as variáveis. Trata-se apenas de caracterizar o estabelecimento agrícola familiar da mesorregião através de suas principais propriedades, por exemplo: a área; a gama de produtos oferecida; a tecnologia utilizada; a renda da família, bem como a origem da mesma; e o acesso a financiamentos.

Antes de iniciar a abordagem da mesorregião, contudo, é necessário discutir que tipo de exploração se entende por agricultura de base familiar. Para este fim, serão revisados alguns textos - contraditórios em alguns pontos - que se propõe a debater a respeito do feitiço do agricultor considerado nessa categoria. A definição mais objetiva contida nas estatísticas referentes à agricultura familiar será mostrada posteriormente, na explicação da metodologia.

Os dados expostos são baseados no Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Serão utilizadas duas metodologias para dividir a agricultura familiar da não familiar: a do próprio IBGE e a metodologia do convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO). A razão da escolha de duas metodologias diferentes para a exposição de dados se dá pela complementariedade das medidas que as mesmas fornecem; alguns indicadores que a união FAO/INCRA elaborou não estão disponíveis diretamente na seleção de dados da agricultura familiar do censo, da mesma forma que o banco de dados do IBGE fornece estatísticas que o outro não contempla.

Adicionalmente, pode-se defender que a diferença de critérios entre as metodologias não prejudica a análise, tal como ela é proposta. Tais aspectos serão elucidados mais cuidadosamente no item Metodologia.

Notar-se-á que as unidades familiares no Brasil, ante o total da agropecuária, representam 84,4% do número de estabelecimentos, 24,0% da área e 33,2% do valor da produção. Ao passo que limitadas ao Sudoeste do Paraná tais rubricas são, respectivamente, 88,9%, 58,3% e 63,8%, tal como informado pelo SIDRA (2014). Claramente os quesitos superfície e produção demonstram a relevância da categoria familiar nessa mesorregião. Também será visto que o Sudoeste tem uma história de luta pela terra entre o agricultor familiar e o latifúndio e, ainda hoje, é considerado pelos autores como uma região em que domina a base familiar de exploração. Não foi à toa, portanto, a escolha da região como alvo do trabalho.

O item na sequência desta introdução contém uma revisão teórica que busca delimitar a agricultura familiar do ponto de vista conceitual com base nas características que os autores associam a essa categoria. O terceiro item descreve as metodologias as serem adotadas no trabalho. A quarta sessão apresenta a mesorregião Sudoeste do Paraná, mostra seus principais dados geográficos e relaciona as principais questões que serão propostas neste trabalho. A quinta sessão inicia a caracterização da agricultura familiar no sudoeste ao relatar os principais aspectos da ocupação da região e o desenvolvimento da economia agrícola até as transformações sofridas na década de 1970. O sexto e último item antes da conclusão segue a caracterização ao expor e discutir os dados da agricultura da região, separando as variáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão dedica-se a revisar alguns textos fundamentais para o entendimento da discussão sobre a agricultura familiar, antes de iniciar propriamente a abordagem da mesorregião sudoeste do Paraná. Será possível observar que o conceito de “agricultura familiar” não se dá simplesmente pela junção dos sentidos dessas duas palavras. Existe uma ampla discussão a respeito do caráter da

agricultura que se enquadraria nesse modelo de exploração.

A exposição tem foco nas ideias dos autores que podem ser associadas mais diretamente às variáveis da agricultura que serão examinadas na sequência do trabalho, tais como área dos estabelecimentos e uso de mão-de-obra e tecnologia. O objetivo não é a construção de uma base para verificação de conformidade entre as afirmações dos autores e os dados do sudoeste paranaense. Tal proposta estabelecerá uma conexão muito frágil de ideias. Embora o tema geral tratado neste item seja igualmente a agricultura familiar, existe um abismo temporal e/ou espacial entre a análise dos textos explorados neste referencial e o objeto de estudo delimitado para trabalho. O que se busca com exame da interpretação dos autores sobre os atributos da agricultura é o próprio conceito de agricultura familiar, distinguindo-a da não familiar. Ao mesmo tempo, ainda que as questões dos autores sejam mais amplas e complexas do que as contempladas neste trabalho, as mesmas indicam os pontos relevantes de análise sobre cada variável aplicada à mesorregião.

2.1 AS OBRAS REVISADAS

Antes de iniciar a teoria, é necessário situar no tempo e no espaço os textos que serão utilizados neste referencial teórico.

Lenin, em *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, 1980 e Kautsky, em *A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista*, 1972, estudam os EUA do início do século XX. Pode-se compreender a escolha pelos EUA na justificativa de Lenin (1980, p. 1), para o qual “sob vários aspectos, este país constitui o modelo ideal de nossa civilização burguesa”, o que soma-se à disponibilidade de recenseamentos a cada dez anos, de forma que “obtem-se documentos de uma precisão sem equivalente em outro país.”

Para delimitar o espaço estudado no texto de Lenin (1980), ainda é necessário glosar a divisão feita pelo autor entre o Norte, o Sul e o Oeste dos EUA e as características gerais que ele associa a cada região. O Oeste seria composto principalmente por *homesteads*, termo que o autor explica se tratar de áreas não ocupadas concedidas gratuitamente pelo governo. No Sul escravista, segundo Lenin

(1980, p. 10), “as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo, e são ainda mais fortes.” O Norte é a região de industrialização mais avançada, condição que gera um mercado agrícola e motiva a intensificação do setor. Além de ser o mais industrializado, o Norte é o mais importante produtor agrícola.

As informações disponíveis na época encontram-se nos números oficiais dos EUA, 1900 e 1910 (12º e 13º censos) e nos dados do *Statistical Abstract of United States*, 1911. (LENIN, 1980)

O texto consultado de Abramovay, *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, 2007, é feito a partir de sua tese de doutorado de 1991. Entre outras partes da obra, esta revisão dá atenção à análise do autor sobre os EUA. Ao explicar seu interesse, ele afirma que, além de este ser o maior país agrícola do mundo, existe a respeito dos EUA uma ideia inverídica de que o trabalho assalariado no campo predomina sobre o familiar. (ABRAMOVAY, 2007)

O artigo de Guanziroli, Buainain e Di Sabbato - *Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006), 2012* - trata da agricultura familiar no Brasil, tendo como base os censos agropecuários de 1996 e 2006, elaborados pelo IBGE, e seguindo a metodologia FAO/Incra, que será melhor explicada no item Metodologia. (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012)

2.2 ÁREA DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS VARIÁVEIS

Inicia-se a revisão concentrando-se na área dos estabelecimentos. Este componente, bastante explorado pelos autores, é tão mais interessante quanto mais é complementado, ao longo da sessão, pela análise das outras variáveis.

Contrariando o que provavelmente seja o censo comum, Lenin (1980, p. 20) é categórico ao afirmar que “a superfície está longe de indicar sempre e de uma forma direta a grandeza efetiva da exploração [agrícola] e seu caráter capitalista.” Para o autor, em decorrência de particularidades técnicas do campo, a intensificação da propriedade leva frequentemente ao inverso: o crescimento econômico do estabelecimento e sua constituição como empresa capitalista são concomitantes à

diminuição da superfície cultivada. Lenin (1980) dá o exemplo da região Norte dos EUA, que, apesar de apresentar as unidades de menor área, conta com o maior investimento de capital sob a forma de máquinas.

Segundo Lenin (1980) uma parcela mínima da terra dos latifúndios dos antigos escravistas do Sul era cultivada. O autor identifica um processo em que pequenas divisões dessas áreas ou eram vendidas aos negros ou concedidas a eles em troca de metade da colheita. Lenin (1980, p. 17) sintetiza tal fenômeno como a “passagem dos latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil.”

Uma reflexão sobre o regime de emprego de mão-de-obra envolvido nessa conclusão do autor será proposta posteriormente. A princípio, interessa frisar que o processo descrito reforça a lógica em que combinam-se tendências de intensificação mercantilista e redução da área.

Kautsky (1972) é o que maior destaque dá à área do estabelecimento. Ao estudar as diferenças entre a grande e a pequena propriedade, a área se relaciona diretamente a aspectos técnicos, tal como o emprego de tecnologia e a divisão de trabalho, que serão explorados resumidamente a seguir. O autor defende a superioridade técnica do grande estabelecimento, a começar pela aplicabilidade de tecnologia. Segundo ele, apenas as grandes unidades conseguem aproveitar ao máximo toda uma sorte de máquinas e ferramentas. Sendo essas propriedades, ao desenvolver a mesma atividade, mais econômicas que as pequenas no uso dos utensílios. Kautsky adiciona como vantagem técnica dos estabelecimentos mais extensos que alguns tipos de obras só se justificam se feitas em grandes proporções, tais quais obras de drenagem e irrigação.

Outro ponto fundamental a favor do qual o autor advoga é que a maior quantidade de trabalhadores do grande estabelecimento permite que se divida o trabalho manual do intelectual, constituindo-se assim uma vantagem. Um exemplo que Kautsky (1972) utiliza é que uma unidade agrícola precisa ser grande para comportar um agricultor com formação científica que ocupe função mais sofisticada de supervisão.

Alguns dos demais componentes que Kautsky considera ao estudar as diferenças entre a grande e a pequena propriedade, por estarem mais ligados ao

tamanho como empreendimento econômico do que dimensão física da propriedade, serão examinados na sequência da sessão.

Abramovay (2007), por sua vez, deixa em aberto a discussão sobre as diferenças técnicas determinadas pela área, afirmando se tratar de um tópico controverso entre estudiosos. Ele explica que a função entre tamanho e redução de custos não é linear e, para o autor, o único parecer que poder ser auferido a esse respeito é que no campo tamanho e eficiência se comportam de maneira diferente do que o fazem na indústria.

A respeito do caráter familiar do empreendimento, Abramovay (2007) observa que uma redução de custos que pode ocorrer a partir da ampliação da área não representa produção com base no trabalho assalariado.

Para Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) - já ampliando a questão do tamanho para a alocação de recursos - a literatura internacional demonstra que a agricultura familiar tem a terra como fator intensivo. O que se dá pelo fato de ser o fator mais escasso e que, portanto, precisa ser aproveitado ao máximo. Da mesma forma, os não familiares são mais intensivos em trabalho, seu fator mais escasso.

Os autores, contudo, ponderam essa constatação. A maior produtividade por área, considerando todos os produtos, ocorre pela necessidade de o agricultor familiar cultivar a maior proporção possível da terra. Ao passo que produtores maiores eventualmente optam por deixar em repouso parte do terreno ou pela criação extensiva de gado. Desta feita, se levados em conta um produto específico e uma área determinada, os agricultores familiares não serão os mais produtivos; em outras palavras, nesse caso, maior produtividade global por área não representaria eficiência técnica mais elevada. (GUANZIROLI; BUAINAIN; SABBATO, 2012)

2.3 OBTENÇÃO DE CRÉDITO

Seguindo a revisão, agora com a variável crédito, retoma-se o exame de Kautsky (1972) sobre as disparidades entre latifundiário e camponês. Para ele, tanto para o grande como para o pequeno estabelecimento, o endividamento faz parte do processo de produção capitalista. O camponês, porém, encontra-se numa situação amplamente desfavorável para obtenção de crédito.

Enquanto para o latifundiário (ou, ao menos, para aquele que se impõe como agricultor inteligente e capaz) a usura assume, no desenvolvimento capitalista, a forma do moderno crédito de incentivo à produção, a juros compatíveis com a taxa normal de lucro, o pequeno camponês continua dependendo da forma medieval da usura sanguessuga, usura que extorpe o quanto pode e exige juros que ultrapassa o limite do compatível com qualquer taxa aceitável de lucro. (KAUTSKY, 1972, p. 98)

Ao reunir os dados de 2006, abrangendo o território nacional, Guanzirolí, Buainain e Di Sabbato (2012) constatam que os agricultores familiares são mais produtivos por financiamento obtido que os não familiares; ou seja, as unidades familiares fazem melhor uso do crédito. O autor também identifica um acréscimo nos financiamentos contratados de 1996 a 2006. Segundo ele, tal acontecimento provavelmente se deve à atuação do PRONAF naqueles anos.

2.4 TECNOLOGIA, INTEGRAÇÃO AO MERCADO E GAMA DE PRODUTOS

A respeito da utilização de tecnologia no campo, fundamenta-se em Abramovay e Guanzirolí, cujas considerações sobre essa variável se mesclam com as variáveis de produção e integração ao mercado.

Estudando o caso americano, Abramovay (2007, p. 162) tenta desconstruir a imagem de uma composição agrária dual, sob a qual conviveria um segmento economicamente hegemônico, baseado em mão-de-obra assalariada, com um segmento de base familiar, pouco competitivo. Para o autor, tal concepção “subestima a capacidade histórica que as explorações familiares norte-americanas apresentam não só de acompanhar, mas também de liderar o progresso técnico.”

O autor acusa a subestimação da agricultura familiar novamente no conceito de pequena produção, que englobaria o camponês e o agricultor familiar profissional, ignorando a heterogeneidade entre os dois. Se admite a desestruturação (e possível tendência à eliminação) do primeiro, reforça o atual papel do segundo no avanço da agricultura capitalista. (ABRAMOVAY, 2007)

O autor desenvolve a ideia ao afirmar que no hemisfério norte a situação normal é aquela em que estabelecimentos baseados na mão-de-obra da família são grandes em termos de quantidade e valor da produção. Este constitui um ponto

fundamental de discordância entre Abramovay e os clássicos. Se é verdade que a produção tende a centralizar-se em uma monta mais reduzida de propriedades, verifica-se que essas unidades conservam seu alicerce familiar. Não se corrobora, portanto, o destino de eliminação desse grupo social. (ABRAMOVAY, 2007)

Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) chamam a atenção para o bom desempenho da agricultura familiar no período entre os censos de 1996 e 2006. A produção dessa categoria manteve-se, ou sofreu ligeiro arrefecimento, num momento de intenso crescimento da agropecuária brasileira, alcançando expansão próxima aos mais importantes segmentos do setor. Deste desempenho os autores concluem que uma parcela dos agricultores familiares tem tamanho satisfatório para conduzir sua atividade de forma moderna e empresarial, podendo assimilar excedentes de segmentos destacados do agronegócio, como o de soja.

Os autores comparam esse grupo com o *familyfarm* dos E.U.A. Coexistem com o mesmo as unidades de subsistência, mais assemelhadas aos camponeses, e os estabelecimentos que contribuem para o agregado de produção na forma de produtos alimentares. Eles diferenciam esses dois conjuntos destacando que há produtores familiares de alimentos que contam com alta tecnologia e que direcionam-se integralmente ao mercado, não sendo enquadrados, como agricultores de subsistência. (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012)

Aprofundando-se na configuração da gama de produtos da agricultura familiar, Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) evidenciam, nos censos agropecuários, os acréscimos na proporção da produção de leite (tradicionalmente ligada à produção familiar) e de alimentos (mandioca, feijão, milho, arroz). Ao mesmo tempo, diminui a contribuição da pecuária de corte. Tais variações podem ocorrer por alterações de produtividade ou da área explorada. Em se verificando a segunda hipótese, haveria indicação de que os estabelecimentos buscam adaptar-se às condições de pouca disponibilidade de terra e abundância de mão-de-obra.

O crescimento da importância do cultivo de alimentos, no entanto, não significa que produtos como soja, trigo, cana-de-açúcar e gado não conservem participações relevantes na produção familiar. Existe, portanto, uma parcela mais capitalizada da produção em moldes familiares que toma parte no agronegócio. (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012)

Não diretamente sob a ótica familiar/não familiar, mas sob o caráter mercantil/não mercantil, Lenin (1980) igualmente discrimina o rol de produtos da exploração agrícola. Algodão, tabaco, legumes e frutas, seriam mais mercantis e representativos de uma agricultura intensificada - distinguindo-se de cereais, forragens e feno. Ademais, Lenin também associa a produção leiteira a áreas menores, que seria característica de regiões intensivas do Norte dos E.U.A.

2.5 MÃO DE OBRA

Para continuidade desta sessão, serão examinados brevemente alguns pontos ligados à variável mão de obra, tais como base familiar ou assalariada do trabalho empregado no estabelecimento e intensidade de exploração deste trabalho.

Em complemento à defesa de que a área não é o indicador mais adequado para determinar a grandeza em termos econômicos da unidade agrícola, Lenin (1980) considera mais importantes os dados referentes ao trabalho. Abalizado nestes dados, o autor classifica como ilusória a ideia da não existência do trabalho assalariado que se constrói a partir da expressão “fundada no trabalho familiar”.

Para Kautsky (1972, p. 100) (no subitem intitulado o “O excesso de trabalho e o subconsumo no pequeno estabelecimento”), em razão da concorrência que a pequena propriedade enfrenta quando passa a destinar sua produção ao mercado, exige-se do agricultor uma carga demasiadamente pesada de trabalho. Ele acrescenta que “O pequeno lavrador não só mete o chicote em si mesmo, mas dele também se serve para pôr a trabalhar, igualmente, a sua família”, trazendo em questão a exploração do trabalho infantil e dos idosos. O autor vê na maior cobrança sobre os trabalhadores, uma alternativa que a pequena propriedade encontra diante da incapacidade técnica. E o estabelecimento capaz de recorrer a essa saída requisitará menos avanço tecnológico. Desta maneira, verifica-se uma causalidade de mão dupla entre insuficiência técnica e ampliação da jornada de trabalho.

Percebe-se sobre esse ponto a diferença de visão presente no texto de Guanzioli, Buainain e Di Sabbato (2012). A partir da ideia de exploração intensiva do fator mais escasso e pouco intensiva do mais abundante - já comentada nesta

sessão – a unidade familiar, embora tenha interesse em conservar ocupados todos os integrantes da família e sob baixa remuneração, o faz de maneira extensiva.

2.6 DEFINIÇÃO OBJETIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR

O exame dos atributos da agricultura familiar feito neste referencial buscou oferecer substrato teórico para diferenciar a agricultura familiar. Resta ainda uma breve discussão que surge da necessidade de separar essa categoria de estabelecimento para elaboração de bancos de dados.

Encontra-se no texto de Guanzioli, Buainain e Di Sabbato (2012) uma definição bem objetiva de agricultura familiar, a mesma que delimita o universo dos dados na metodologia FAO/INCRA. Os autores elucidam os critérios legais para enquadramento na agricultura familiar: superfície máxima de quatro módulos fiscais; mão de obra predominantemente familiar; renda da família predominantemente originada da propriedade; estabelecimento gerido pela família. O trabalho acata o segundo e o último itens tais como estabelecidos na legislação, porém desconsidera o terceiro, e flexibiliza a área.

Serão expostos mais detalhadamente, no item Metodologia, tanto a aceção da legislação como das metodologias seguidas sobre qual é o tipo de propriedade que, para fins de análise quantitativa, será incluída ou não como agricultura familiar. O que interessa neste momento é a reflexão conceitual sobre a agricultura familiar presente na ressalva que o próprio autor faz.

A agricultura familiar não é definida pela área da propriedade. O tamanho máximo seria dado pelo que pode ser cultivado com base no trabalho e na tecnologia com os quais conta a família. O critério da área, portanto, apenas atende ao objetivo de excluir os latifúndios do universo de estabelecimentos. Guanzioli, Buainain e Di Sabbato (2012, p. 352) diferenciam os não familiares explicando que estes “distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe.”

3 METODOLOGIA

A figura abaixo ilustra de forma simplificada as diferenças entre as duas metodologias utilizadas para enquadramento do estabelecimento na categoria familiar. Tais metodologias serão detalhadas ao longo dos dois próximos subitens desta sessão.

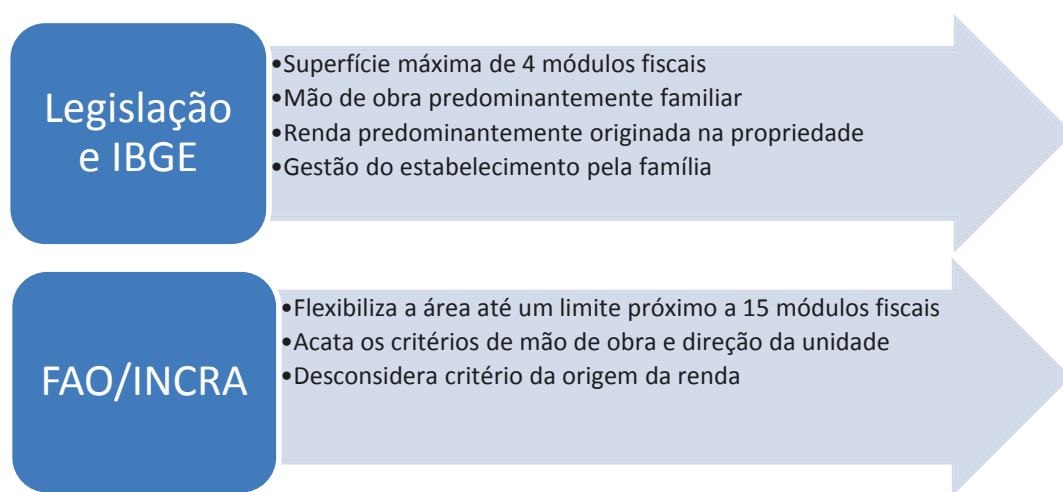


FIGURA 1 – DIFERENÇAS METODOLÓGICAS PARA ENQUADRAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

FONTE: Elaboração própria com base em Brasil (2006), IBGE (2009) e INCRA e FAO (2000).

3.1 METODOLOGIA DO IBGE

O IBGE, no Censo Agropecuário 2006, admite como agricultura familiar o disposto na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (IBGE, 2009)

O objeto da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e a delimitação que a mesma instrui para a agricultura familiar são expostos a seguir:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [...] Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do

que 4 (quatro) módulos fiscais¹; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento²; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, (BRASIL, 2006), também inclui silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, estabelecendo limite de tamanho da exploração e outras restrições.

Em linha com a legislação, portanto, o censo identifica o grupo agricultura familiar por meio da exclusão dos estabelecimentos que contassem, em 2006, com as seguintes características: área total superior a quatro módulos fiscais³; unidade de trabalho contratado superior à de trabalho familiar; renda de salários, no ano, referente a atividades fora do estabelecimento maior que o rendimento total da propriedade; direção do estabelecimento por sociedade anônima, cotas de sociedade limitada, instituição de utilidade pública ou governo; condição legal do produtor sob quaisquer das entidades anteriores ou sob cooperativa; produtor que contrate empregados (permanentes, temporários ou parceiros - maiores de 14 anos) e que realize a direção do empreendimento por meio de capataz, ou familiar.⁴ (IBGE, 2009)

Esclarecidos os critérios que transferem para o grupo não familiar estabelecimentos associados a organizações de utilidade pública ou governo, entende-se – a despeito da ligação teórica – que este trabalho não pode utilizar como sinônimos agricultura não familiar e agricultura patronal ou agronegócio. Desta forma, justifica-se o emprego um tanto exaustivo que eventualmente se faça do termo “não familiar”.

As unidades de trabalho familiar e contratado e a renda do estabelecimento, utilizados para o enquadramento na agricultura familiar, respeitam as seguintes

¹ É ressalvado em parágrafo: “§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”. (BRASIL, 2006)

² A Lei nº 12.512, de 2011, alterou a redação para: “III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo”. (BRASIL, 2011)

³ Aceita-se a mesma exceção prevista em lei, vide nota 1.

⁴ Outros produtores, em situações mais específicas, também foram excluídos da categoria familiar: aquicultores com área de tanques superior a 2 hectares; empreendimentos com venda de produtos de extração vegetal num valor acima da metade da receita total das atividades agropecuárias e que, além disso, contaram com colheitadeiras ou contrataram mão-de-obra para colheita em um montante superior a 30 diárias pagas (ou 30 dias de empreitada). (IBGE, 2009)

equações:

unidade de trabalho familiar

$$\begin{aligned}
 &= n^{\circ} \text{ de familiares maiores de 14 anos} \\
 &+ n^{\circ} \text{ de familiares menores de 14 anos}/2 \\
 &+ n^{\circ} \text{ de empregados em outra condição}^5 \\
 &+ n^{\circ} \text{ de empregados em outra condição menores de 14 anos}/2
 \end{aligned}$$

unidade de trabalho contratado

$$\begin{aligned}
 &= n^{\circ} \text{ de empregados permanentes maiores de 14 anos} \\
 &+ n^{\circ} \text{ de empregados permanentes menores de 14 anos}/2 \\
 &+ n^{\circ} \text{ de empregados parceiros maiores de 14 anos} \\
 &+ n^{\circ} \text{ de empregados parceiros menores de 14 anos}/2 \\
 &+ n^{\circ} \text{ de diárias no ano}/260 + \text{dias pagos de empreitada}/260
 \end{aligned}$$

rendimento total do empreendimento

$$\begin{aligned}
 &= \text{valor total da produção} \\
 &- \text{valor da produção de milho e forrageiras para consumo animal} \\
 &+ \text{receita agropecuária indireta}^6 - \text{total de despesas}
 \end{aligned}$$

A respeito da categorização da agricultura, por fim, vale lembrar a reserva feita no relatório. Apesar de o conceito de agricultura familiar basear-se na unidade familiar, a unidade de pesquisa do censo é o estabelecimento agropecuário. Admite-se que uma família é ligada somente a um estabelecimento, que é o caso mais comum. Há famílias, porém, que exploram mais de uma unidade. Por essa razão, o grupo enquadrado como agricultura familiar ganha uma leve superestimação. (IBGE, 2009)

⁵ Sendo os empregados em “outra condição” moradores, agregados, que não estão enquadrados como empregados permanentes, temporários nem como parceiros. (IBGE, 2009)

⁶ A receita agropecuária indireta se dá pela soma dos valores obtidos por turismo rural, exploração mineral, serviços de beneficiamento e outras atividades não agrícolas; também abarca o valor da indústria rural, caso ao menos 70% da matéria-prima para este fim provenha do estabelecimento. (IBGE, 2009)

3.2 METODOLOGIA FAO/INCRA

A metodologia FAO/INCRA, como é citada, é resultado dos trabalhos realizados através da cooperação técnica entre o INCRA e a FAO. Como será mencionado no item 6, esses estudos são fundamentais para a mudança do entendimento sobre a agricultura familiar em meados da década de 1990. Ao expor os dados elaborados sob essa metodologia, esta monografia baseia-se na forma de caracterização da agricultura familiar presente na publicação de INCRA e FAO (2000) intitulada *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*, bem como no artigo já citado de Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012), *Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006)*. O traço desses trabalhos é visualizado sobretudo no uso das medidas especiais que serão apresentadas adiante, como a classificação das faixas de renda, e o indicador de integração ao mercado.

O universo familiar, segundo a metodologia FAO/INCRA, é composto pelos estabelecimentos que respeitam ao mesmo tempo as seguintes condições: direção dos trabalhos realizada pelo próprio produtor, trabalho familiar superior ao contratado e área limite de 15 “módulos médios regionais”⁷. (INCRA; FAO, 2000)

Em não estando disponível no censo uma referência direta à quantidade de trabalho (homens horas, por exemplo), a unidade de trabalho contratado foi calculada com base nas despesas com mão de obra. Seguem as fórmulas que representam as unidades de trabalho, conforme concebido pela metodologia explicada pelo INCRA e FAO (2000):

$$\begin{aligned} & \text{unidade de trabalho familiar} \\ &= n^{\circ} \text{ de familiares maiores de 14 anos} \\ &+ n^{\circ} \text{ de familiares menores de 14 anos} / 2 \end{aligned}$$

⁷ O “módulo médio regional” corresponde às grandes regiões do país e foi calculado a partir do “módulo médio ponderado estadual”, que, por sua vez, é uma ponderação das áreas dos módulos fiscais municipais, seguindo a tabela do INCRA. O intuito do cálculo é aproximar-se do limite legal da área considerada média, que é de 15 módulos fiscais. (INCRA; FAO, 2000)

$$\begin{aligned} & \text{unidade de trabalho contratado} \\ &= (\text{salários} + \text{valor da quota entregue a parceiros empregados} \\ &+ \text{serviços de empreitada de mão de obra}) * \frac{260}{\text{diária estudal}} \end{aligned}$$

É possível filtrar os dados oferecidos segunda metodologia FAO/INCRA por algumas medidas especiais, que não são oferecidas diretamente no Censo Agropecuário. Seguem algumas dessas medidas que serão aproveitadas neste trabalho.

O Grau de Especialização, conforme exposto no SIDRA (2014), é obtido a partir da seguinte equação:

$$\text{grau de especialização} = \frac{\text{proporção da produção do produto principal}}{\text{valor total da produção}}$$

O produto principal é aquele que representa a maior parcela da produção do estabelecimento. Se o valor da produção total for igual a zero, é utilizado –99,9 para o grau de especialização.

Segue quadro de classificação:

Grau de Especialização	Classificação
Resultado = 1	Muito especializado
$0,65 \geq \text{Resultado} < 1$	Especializado
$0,35 \geq \text{Resultado} < 0,65$	Diversificado
Resultado < 0,35	Muito diversificado

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÕES DO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

O Grau de Integração ao Mercado do estabelecimento, esclarecido no Sidra (2014), respeita a equação a abaixo:

$$\text{grau de integração ao mercado} = \frac{\text{receita total com atividade agropecuária}}{\text{valor total da produção}}$$

Da mesma forma que no cálculo do grau de especialização da produção, se o valor da produção total for igual a zero, é utilizado –99,9.

Segue quadro de classificação:

Grau de Especialização	Classificação
Resultado $\geq 0,9$	Muito integrado
$0,5 \geq \text{Resultado} < 0,9$	Integrado
Resultado $< 0,5$	Pouco integrado
Não atendidos os parâmetros	Não classificado

QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÕES DO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

A rubrica Tipo de Agricultor Familiar separa os agricultores por renda. A classificação se dá pela relação entre a renda total do agricultor (RT) e o valor do custo de oportunidade (VCO). Este último é obtido através da seguinte fórmula, também contida no Sidra (2014):

$$\text{valor do custo de oportunidade} = \text{diária de trabalho na UF} \times 260 \text{ dias} \times 1,2$$

A classificação é dada pelo quadro a seguir:

Tipo de Agricultor Familiar	Classificação
$RT > 3 \cdot VCO$	Tipo A
$VCO > RT \leq 3 \cdot VCO$	Tipo B
$VCO/2 > RT \leq VCO$	Tipo C
$RT \leq VCO/2$	Tipo D
Não atendidos os parâmetros	Não classificado

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÕES DO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

3.3 UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS

Este trabalho conta com as estatísticas do Censo Agropecuário 2006 disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação de Dados, que oferece tanto as tabelas tal como concebidas pelo IBGE, como aquelas adaptadas pelos critérios do

convênio FAO/INCRA. Como já apontado, a utilização das duas metodologias diferentes pode ser defendida pela complementariedade entre os dados disponibilizados em uma ou outra metodologia. As tabelas do IBGE fornecem de forma exclusiva no SIDRA variáveis como ocupação com atividades fora do estabelecimento e financiamentos contratados segundo a finalidade. Enquanto os dados elaborados pelo FAO/INCRA dão opções de filtros especiais, com destaque para a divisão do agricultor por faixas de renda. Sobretudo devido a essa divisão por renda, predominará a utilização de dados da metodologia FAO/INCRA. É interessante, também, aproveitar as medidas como grau de especialização da produção e grau de integração ao mercado.

Uma vez que os dados não sustentarão cálculos precisos de causalidade entre variáveis, apenas servirão de auxílio para identificar características gerais do agricultor, pode-se argumentar que as diferenças metodológicas não inviabilizam a análise.

4 A MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E A RELEVÂNCIA DE SUA AGRICULTURA FAMILIAR

Este item apresenta a mesorregião Sudoeste do Paraná, através de alguns dados geográficos básicos. Ao mesmo tempo, a sessão mostra a motivação de se traçar o perfil da agricultura familiar da região e formula os questionamentos gerais que deverão guiar esse objetivo.

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p. 8)

A mesorregião Sudoeste do Paraná ocupa área de 11.651,90 Km² e sua população residente em 2010 é de 497.127 pessoas, sendo 30,42% rural (a mesma razão é de 15,64% a nível nacional e de 14,67% no estado). (SIDRA, 2014)

Segue representação cartográfica da região:

TABELA 1 – MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ SEGUNDO ALGUNS INDICADORES BÁSICOS

(conclusão)

	IDHM	Renda per capita (R\$)	Índice de Gini	População rural (unid.)	População urbana (unid.)
Bom Sucesso do Sul	0,742	639,33	0,53	1.712	1.581
Capanema	0,706	701,11	0,45	7.376	11.150
Chopinzinho	0,740	802,23	0,55	7.171	12.508
Coronel Vivida	0,723	679,98	0,47	6.304	15.445
Cruzeiro do Iguaçu	0,709	636,10	0,51	1.655	2.623
Dois Vizinhos	0,767	836,10	0,47	8.084	28.095
Enéas Marques	0,752	948,70	0,60	3.977	2.126
Flor da Serra do Sul	0,682	549,70	0,46	3.082	1.644
Francisco Beltrão	0,774	895,36	0,47	11.494	67.449
Itapejara D'Oeste	0,731	674,12	0,49	3.544	6.987
Manfrinópolis	0,645	435,85	0,47	2.475	652
Mariópolis	0,698	694,06	0,48	1.799	4.469
Marmeleiro	0,722	751,42	0,51	5.076	8.824
Nova Esperança do Sudoeste	0,714	678,29	0,50	3.354	1.744
Nova Prata do Iguaçu	0,716	668,06	0,46	4.310	6.067
Pato Branco	0,782	1.013,22	0,51	4.279	68.091
Pérola D'Oeste	0,726	613,32	0,44	3.574	3.187
Pinhal de São Bento	0,695	514,89	0,37	1.459	1.166
Planalto	0,706	641,16	0,47	7.586	6.068
Pranchita	0,752	815,60	0,52	2.023	3.605
Realeza	0,722	704,94	0,43	4.542	11.796
Renascença	0,733	831,49	0,58	3.327	3.485
Salgado Filho	0,700	557,15	0,46	2.149	2.254
Salto do Lontra	0,718	650,57	0,46	6.258	7.431
Santa Izabel do Oeste	0,696	540,49	0,45	5.711	7.421
Santo Antônio do Sudoeste	0,671	585,95	0,52	5.182	13.711
São João	0,727	605,55	0,43	3.864	6.735
São Jorge D'Oeste	0,722	641,70	0,47	3.871	5.214
Saudade do Iguaçu	0,699	604,56	0,47	2.525	2.503
Sulina	0,693	563,32	0,47	2.004	1.390
Verê	0,720	661,18	0,47	4.597	3.281
Vitorino	0,702	742,97	0,48	2.525	3.988

FONTE: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP) (2013).

Pode-se depreender pelos dados do Sistema de Contas Regionais (2014) que a mesorregião contribui, em 2011, com cerca de 3,8% do Produto Interno Bruto a Preços Correntes do Paraná. Contudo, ao se observar os dados do último Censo Agropecuário, obtido pelo SIDRA (2014), percebe-se que o valor da produção dos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste, em 2006, representa 9,23% da produção agropecuária do estado; e, se considerada apenas a produção familiar, a participação da mesorregião no estado é de 14,91%.

Para sugerir a relevância da agricultura familiar da região, somam-se aos indicadores citados acima as variáveis relacionadas na tabela a seguir, que mostram o peso da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários:

TABELA 2 – NÚMERO, ÁREA, VALOR DA PRODUÇÃO E RENDA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES SEGUNDO NÍVEL TERRITORIAL – 2006 – METODOLOGIA FAO/INCRA

	Estabelecimentos		Área	
	(unid.)	(%) familiar/ total	(Ha)	(%) familiar/ total
Brasil	4.551.855	87,95	106.788.460	32,00
Sul	899.724	89,42	17.874.595	42,78
Paraná	321.443	86,63	6.044.256	39,27
Sudoeste PR	41.177	92,58	698.022	71,77

	Valor da produção no ano		Renda total no ano	
	(1.000 R\$)	(%) familiar/ total	(1.000 R\$)	(%) familiar/ total
Brasil	59.222.203	36,11	48.496.677	43,74
Sul	23.908.216	54,43	16.742.150	59,10
Paraná	7.767.041	46,41	5.240.155	50,15
Sudoeste PR	1.083.343	70,16	734.160	72,29

FONTE: SIDRA (2014).

Nota-se que, sobretudo nas rubricas referentes ao valor da produção e da renda, que a agricultura familiar do Sudoeste do Paraná se destaca mais do que se observados os níveis territoriais superiores.

Seguem as principais questões que orientam a proposta do trabalho. Como se deu a ocupação da região e quais grupos sociais foram atores desse processo?

Em relação ao desenvolvimento da economia agrícola do Sudoeste desde sua ocupação até períodos mais recentes, quais foram as principais mudanças na forma de exploração da terra e da relação do agricultor familiar com o mercado? Quanto ao período atual: Quais são os principais atributos do estabelecimento familiar da região, tais como tamanho, emprego de tecnologia? Quais gêneros caracterizam a produção dessa agricultura familiar? Os estabelecimentos mostram-se especializados numa gama reduzida de gêneros ou tem uma cesta diversificada? Esta produção destina-se ao autoconsumo ou ao mercado? Qual é a renda da família e, além das atividades do estabelecimento, qual é a origem da mesma? O produtor tem acesso a financiamentos?

5 OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA AGRÍCOLA DA REGIÃO

Esta sessão pretende fornecer um dos elementos fundamentais para que este trabalho cumpra o objetivo de perfilar o agricultor do sudoeste do Paraná: abordar os principais aspectos da ocupação da região e do desenvolvimento de sua economia agrícola, desde de fins do século XIX e início do XX até as transformações sofridas na década de 1970. O caráter restrito desta revisão fica claro já no título, que evita o termo “história” e sinaliza o foco nos agentes de povoamento e na forma de exploração agrícola que os mesmos estabelecem. Não há aqui a pretensão de detalhar nem mesmo a economia urbana ou industrial da região, quanto mais aspectos culturais de sua população a fim de constituir uma revisão histórica completa.

O povoamento do Estado do Paraná iniciara um ritmo mais intenso a partir do início do século passado. Até a década de 1960 esse processo estava consolidado em todas as regiões do Estado. (CORONA, 2003)

Há na década de 1940 uma linha divisória na ocupação do Sudoeste paranaense: antes ocorria a ocupação extensiva da terra, sob uma economia cabocla, baseada no extrativismo de erva-mate e madeira e na criação de suínos; o período posterior constituía a ocupação intensiva, quando a intensificação de correntes migratórias de colonos gaúchos e catarinenses, descendentes dos

europeus, promovia o povoamento efetivo da região. Os colonos estabeleciam-se tanto espontaneamente - ocupando terras livres ou comprando posses - como de maneira conduzida pelo Estado, exemplo da criação pelo governo Vargas, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). (GOMES, 1986)

A sequência desta sessão é cronológica, iniciar-se-á a revisão da primeira fase, que dará sequência à segunda fase e a forma de exploração agrícola praticada pelo colono até os anos 1970. Por fim, comentam-se as principais mudanças que as inovações técnicas desta década trariam para economia agrícola da região.

Fenômenos mais recentes e os dados atuais da agricultura do Sudoeste serão examinados no item 5.

5.1 PRIMEIRA FASE DE OCUPAÇÃO (ATÉ A DÉCADA DE 1940)

5.1.1 Origem da população cabocla

Os caboclos do sudoeste paranaense, via de regra, eram migrantes. Eles eram a mão de obra que as fazendas dos campos de Palmas não puderam absorver ou os produtores afastados das regiões onde o processo de colonização já estava em curso, seja pela vinda dos europeus (caso do Rio Grande do Sul, desde 1824), seja pela expulsão que sofriam (comumente com violência) por empresas estrangeiras. Como veremos, esse processo de colonização era dirigido pelas políticas oficiais. (ABRAMOVAY, 1981)

5.1.2 Formas de exploração dos recursos e produção

A relação do caboclo com o meio físico era muito distinta daquela conservada pelo colono que o sucederia. A começar pelo peso da agricultura e da pecuária na vida econômica. Estas eram acessórias ao caboclo, uma vez que parte importante de suas necessidades alimentares era atendida pela coleta, pela caça ou

pela pesca. Embora dependam de habilidade, essas tarefas demandam menos trabalho que as atividades agrícolas. (ABRAMOVAY, 1981)

Essa alternativa de sustento servia bem aos caboclos, como afirma Lazier⁸ (s/d, p. 37, *apud* Abramovay, 1981, p.25) “viviam mais de caça (tateto, porco do mato e veado), viviam maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem”.

O principal cultivo do caboclo é a mandioca. A raiz tem a vantagem de exigir uma área pequena e poucos utensílios para ser produzida. Ao lembrar a importância desse produto na dieta da família, Corona (2003, p. 7) conta que “a semelhança entre a economia cabocla e as práticas indígenas, sustentava-se tanto pelos aspectos culturais em função da convivência e da miscigenação, como pelas condições concretas de sobrevivência”.

Nas atividades agrícolas, as particularidades agravam-se. O caboclo cultivava na floresta ao invés de no campo aberto. Para abrir clareiras, recorria ao fogo e assim obtinha vantagens ao economizar o trabalho que seria necessário primeiramente com o desmatamento e depois com a preparação do solo e ao aproveitar as cinzas como fertilizante. É certo que este procedimento conferia rendimento do trabalho maior que o do colono, que utilizava o arado. (ABRAMOVAY, 1981)

O trecho abaixo contém uma curta, porém interessante, reflexão que o autor promove a respeito da relação do caboclo com o trabalho e o produto do mesmo:

Produtor fundamentalmente natural (e não mercantil), o trabalho do caboclo não é guiado por um plano por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso de alcance do produtor. (ABRAMOVAY, 1981, p. 38)

5.1.3 O sistema de rotação de terras e o feitiço itinerante do caboclo

A técnica de queimada sugere um sistema de rotação de terras, em que o fogo é aplicado na área de pousio. Este seria o método predominante na agricultura colonial brasileira. O sistema do caboclo do sudoeste classificar-se-ia num tipo

⁸ LAZIER, H. (s/d). Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso. Francisco Beltrão, PR: Editora Folha do Sudoeste Ltda.

específico de pousio, o florestal⁹. Entretanto, contando que as terras eram abundantes em relação ao número de habitantes, supõe-se que era possível sempre recorrer a vegetação virgem e que tal era a prática dos caboclos. (ABRAMOVAY, 1981)

Ao sistema resultante do conjunto das práticas agrícolas do caboclo, pousio, queimada e roçado (clareira aberta na floresta para cultivo de milho, que servia inclusive à alimentação de gado e suíno criados soltos), dá-se o nome de “faxinal”. (CORONA, 2003)

Ao serem reconhecidos como atividades elementares da sobrevivência, as formas de exploração não agrícola da terra (caça e afins) e o plantio na floresta elucidam a ideia - surpreendente, à primeira vista - de que, em podendo escolher, o caboclo optaria por ocupar a mata virgem em detrimento do campo. Por meio de nexos semelhantes, que associa a exploração não agrícola ao sistema de rotação exposto acima, compreende-se também a imposição de se buscar novas áreas ou ter de enfrentar queda de produtividade. Daí o modo de vida itinerante daqueles habitantes. (ABRAMOVAY, 1981)

5.1.4 Comércio na economia cabocla

A falta de estradas e meios de transporte impunham certo isolamento ao sudoeste do Paraná. Como consequência, o comércio era dificultado e a economia da região tinha alto grau de autonomia. O pequeno comércio que havia atendia a um grupo reduzido de necessidades. O caboclo comprava artigos como tecido e querosene e vendia peles e alguns produtos agrícolas. Aquele que tinha maior ligação com o mercado produzia gado e suíno e tinha de lidar com as grandes perdas decorrente do longo trajeto até os frigoríficos. (CORONA, 2003)

O mercado de suínos, banha e derivados (dos quais até então o país era importador) foi estimulado nos anos 1920 pela acelerada urbanização de São Paulo e pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que atravessava União da Vitória. Ao lado desta cidade, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Curitiba viraram polos de industrialização e comercialização do produto. (WACHOWICZ, 1988)

⁹ Ver Abramovay (Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense, 1981, p. 30).

Embora tenha sido frisado que a economia do sudoeste paranaense era praticamente autárquica, não tendo o comércio como centro dinâmico, é interessante ver como a exploração do suíno e derivados se desenvolvia nesse período:

O sudoeste tornou-se uma das grandes regiões criadoras. Para os caboclos, a criação de suínos tornou-se uma atividade a ser desenvolvida na entressafra do mate.

Na época própria esses animais, criados soltos num milharal isolado na mata (safra), eram adquiridos por um comerciante, o "safrista". Este comprava 500, 800 ou 1.000 porcos e levava-os "tropeando", isto é, a pé, até os grandes mercados de comercialização. Os suínos "tropeados" para Porto União, Guarapuava, Ponta Grossa e até Jaguariaíva. Muitas vezes, uma "tropeada" levava meses. (WACHOWICZ, 1988, p. 175-176)

Conforme relata Abramovay (1981, p. 36), "com exceção das áreas vizinhas ao município de Barracão, a erva mate não teve um lugar de destaque na economia do Sudoeste Paranaense". Se, no sudoeste como um todo, o a exploração da erva alinhava-se com a pouca expressividade do comércio em geral, isso não significa que a mesma não tenha provocado alterações localmente importantes. De forma concisa, a seguir examinaremos a questão.

A exploração de erva-mate ganhou mais importância nas primeiras décadas do século XX, período em que também progrediu o contrabando deste produto a Argentina, através da região de Barracão. Além da erva-mate, também eram vendidos produtos como açúcar, aguardente, café e ferramentas. Lá compravam-se farinha de trigo, indumentário de lã, querosene e outros. O fato de o percurso ser predominantemente descida favorecia o trajeto dos tropeiros. (WACHOWICZ, 1988)

No fim do século XIX e no início do XX, os tropeiros que viajavam pelos caminhos da região sudoeste valiam-se do único meio de transporte então disponível: o mular. Embora alguns caboclos tenham criado muare, a maior parte dos animais era comprada na Argentina, na região de Corrientes, e muitos deles eram revendidos em Sorocaba. (WACHOWICZ, 1988)

As transações em torno da erva-mate afetaram a dinâmica populacional da região. Os Argentinos adentravam o sudoeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina e adquiriam áreas significativas. Traziam consigo para trabalhar índios guaranis vindos do Paraguai. Tais movimentações chegaram a tal ponto, que no auge do mate, nos anos 1920, um quarto da população da fronteira era argentina ou

paraguaia. Razão reduzida rapidamente a 1% quando do declínio da exploração, cerca duas décadas mais tarde. (WACHOWICZ, 1988)

5.1.5 A Posse como Sistema de Aquisição da Terra

Vigia na sociedade cabocla sudoestina do início do século passado a categoria de proprietários alcunhada de “posseiros”. É interessante definir mais detalhadamente o termo “posse”, enquanto sistema de aquisição naquele contexto. O posseiro ocupava terras devolutas e derrubava a vegetação. Quando seus domínios eram vendidos, entregavam-se documentos informais que representavam a desistência da terra por parte do vendedor. E, nos processos de sucessão, a área era simplesmente dividida entre os herdeiros. Em nenhum desses casos a alienação envolvia escrituração. (WACHOWICZ, 1988)

Como será exposto mais adiante, o sistema de posse não fazia parte do projeto nacional de colonização, entretanto havia uma série de razões para que esse sistema fosse circunstancialmente tolerado pela legislação: ao desmatar novas áreas e abrir caminhos, o posseiro estava na dianteira da colonização e o fazia sem custos para o governo; enquanto a prioridade dos latifúndios era a pauta de exportação, as áreas de posse produziam alimentos e proviam não só a subsistência do caboclo, como também parte dos víveres dos tropeiros; por fim, a posse era um alívio às tensões sociais das localidades já estabelecidas, uma vez que os cidadãos mais rixosos poderiam deixar a região para embrenhar-se na busca por novas terras. (WACHOWICZ, 1988)

5.1.6 Cooperação de trabalho

Resta uma última peculiaridade a ser comentada a respeito do caboclo. Não obstante cada estabelecimento tenha em separado um certo número de trabalhadores e um dirigente, a eventual cooperação de trabalho entre as famílias transpõe os limites da unidade produtiva. Esse trabalho coletivo é um componente

relevante das relações entre os caboclos. Ocorre quando uma família precisa de ajuda para algum procedimento que sozinha não pode realizar no tempo necessário. As famílias da redondeza se juntam e prestam o auxílio do qual cada uma também dependerá depois. Tal cooperação materializa-se num tipo de festa chamado “pixirão”¹⁰, que seria ao mesmo tempo troca recíproca de trabalho; ajuda comunitária e celebração. (ABRAMOVAY, 1981)

Essa troca simples de trabalho por trabalho se dá entre as famílias igualmente mais pobres. Quando um estabelecimento mais rico precisa de um mutirão, vale a relação convencional de pagamento de mão de obra. (ABRAMOVAY, 1981)

5.2 SEGUNDA FASE DE OCUPAÇÃO (A PARTIR DA DÉCADA DE 1940) E A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA ATÉ A DÉCADA DE 1970

5.2.1 A migração do colono e a substituição do caboclo

O fluxo migratório, principalmente no fim da década de 1940, do colono do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o sudoeste do Paraná resultou da falta de disponibilidade de terras naquelas regiões. A causa para essa escassez é dupla: de um lado o crescimento demográfico, que subdividiu as propriedades familiares; de outro a apropriação das terras livres por parte dos latifúndios. Sob essa perspectiva, o fenômeno pode ser encarado em parte como efeito da luta pela terra travada por campesinos e latifundiários. Diante da ocupação da terra pelo latifúndio, o campesino vê-se obrigado a escolher entre vender sua força de trabalho (o que significa sua eliminação social enquanto campesino) e buscar novas áreas em outras regiões. (ABRAMOVAY, 1981)

Com a vinda do colono, foi o caboclo que encontrou sua eliminação social. O meio pelo qual o colono o substituiu não foi a expulsão violenta tão pouco a proletarianização (registram-se somente eventuais trabalhos temporários). O colono colocava-se como comprador da posse, num processo consentido pelo caboclo.

¹⁰ Ver Abramovay (Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Parananse, 1981, p. 40-43).

Desta forma pacífica, configurou-se o espetáculo em que, nos termos de Abramovay (1981, p. 61), o “mundo da propriedade” suprimiu o “mundo do usufruto”.

Pouco era necessário para que o caboclo se desfizesse de suas terras e saísse em busca de outras, como conta Wachovicz (1988, p. 175), “trocavam suas posses por um cavalo, um boi gordo, uma espingarda, um pelego etc. (...) A terra era então baratíssima, não valia quase nada”.

Reagindo ao aumento da imigração, o caboclo abria novas matas não mais com o intuito principal de explorá-la e sim vendê-la. Essa prática, que sentenciou a sua extinção social, tem sentido dentro da lógica do usufruto. O recurso da venda era mais um entre aqueles que a terra poderia prover, análogo à caça e à pesca. Como resultado deste processo, conforme observa Abramovay (1981, p. 47) “o peso cultural e étnico de italianos, alemães e poloneses é esmagador. O caboclo hoje esconde-se anônimo nas encostas das montanhas”.

5.2.2 A revolta de 1957 e a colonização dirigida pelo estado

Conforme comentado, a criação da CANGO é um exemplo da orientação do Estado no processo que se configurou como a segunda fase de povoamento do Sudoeste do Paraná. O contexto dessa orientação é o projeto modernizador da agricultura iniciado por Getúlio Vargas chamado “Marcha para o Oeste”. Embora idealize a pequena propriedade como forma de exploração, a modernização não bateria de frente com o interesse do latifúndio e agenciaria a ocupação de áreas ignorando os primeiros habitantes, índios e caboclos. (CORONA, 2003)

Durante essa fase, mais exatamente em 2 de agosto de 1957, ocorre o primeiro confronto da Revolta dos Posseiros. Não se pretende aqui relatar os acontecimentos que desenharam o levante, nem mesmo de maneira resumida. Ao episódio dedicar-se-á simplesmente uma referência, capaz apenas de elucidar minimamente do que se trata¹¹. O objetivo da alusão é auxiliar no entendimento do caráter da formação fundiária do sudoeste paranaense. (GOMES, 1986)

Praticamente a totalidade das terras do sudoeste paranaense teve de ser titulada à multinacional *Brazil Railway Co.*, em 1918 e 1920. A vicissitude para os

¹¹ Gomes (1957 A revolta dos posseiros, 1986) dedica toda uma publicação ao tema.

ocupantes se deu em pagamento a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (destacando-se a entrega da gleba Chopim) e do ramal Ponta Grossa – Guarapuava (caso da gleba Missões). (WACHOWICZ, 1988)

Nos anos 1950, a Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) passou a reclamar o direito que havia sido da *Brazil Railway Co.* sobre essas terras – que então congregava domínios particulares e da CANGO. O interesse da CITLA era vender essas áreas aos colonos que promoviam a ocupação da região. Avalizada pelo executivo do Estado do Paraná, a companhia contratou jagunços e reivindicava as terras por meios violentos, recorrendo a saques, expulsões, espancamentos e assassinatos. (CORONA, 2003)

Os colonos não reconheciam o direito da CITLA, uma vez que já teriam pago pela posse do caboclo ou teriam sido beneficiados pela distribuição promovida pela CANGO. Ante a ausência de resultado dos apelos institucionais, os colonos combatiam a empresa valendo-se de tocais e incursões para fechar seus escritórios. A reação se organizou em juntas deliberativas e comissões, constituindo um amplo movimento de luta pela terra. A sublevação foi vitoriosa, conquistando, ao final, a saída das imobiliárias e uma decisão favorável do Parlamento. (CORONA, 2003)

Tal movimento de luta pela terra permite compreender o viés duplo e colidente do povoamento da região pelo colono. Ao mesmo tempo em que o caboclo é alijado do projeto modernizador oficial e vê sua eliminação social, há o triunfo (reconhecido pelo Estado) do colono no embate contra o latifúndio. Coexistem, pois, um elemento que se identifica com uma tendência conservadora e um elemento democrático. (ABRAMOVAY, 1981)

Em 1962 foi criada o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Sua função era realizar a efetiva desapropriação das terras disputadas na revolta e, em sequência, dar cumprimento à ocupação dessas áreas. O órgão encerraria seus trabalhos cerca de cinco anos depois. (GOMES, 1986)

O GETSOP teve o papel de legalizar a propriedade que a CANGO distribuíra. Apesar dessas funções democráticas, mais uma vez pontua-se a exclusão do caboclo. A terra era entregue a quem a fosse explorar na condição de proprietário. Não obstante o caboclo tivesse igual direito de recebê-la, este modelo de ocupação não fazia parte sua racionalidade econômica. (ABRAMOVAY, 1981)

5.2.3 Exploração da terra pelo colono até 1970

O acelerado fenômeno de migração do colono e seu estabelecimento na região provocou alterações de grande acuidade no modelo de exploração agrícola da região. O novo regime conformou espacialmente a produção às fronteiras de cada propriedade e retirou da floresta o predicado de fonte livre de obtenção de recursos. A estrutura econômica cabocla era então paulatinamente desfeita pelo padrão do colono, que mesclava elementos da tradição europeia com as experiências aqui adquiridas. (CORONA, 2003)

Para o entendimento de como essa herança europeia poderia acrescentar aos métodos de exploração da terra, faça-se um pequeno recorte a respeito da Revolução Agrícola iniciada na Inglaterra e que se espalhou para a Europa Continental nos fins do século XVIII. Pode-se elencar uma sequência de alterações técnicas benéficas que se processavam na época. A transformação da pastagem em áreas cultiváveis, inclusive para plantas forrageiras, permitiu que o gado fosse mantido na cocheira. Desta maneira, em porções iguais de terra, era possível criar uma quantidade de cabeças muito superior e, ao mesmo tempo, conservar mais terras à produção de cereais. Tal aumento do rebanho não representou somente uma vantagem *per se* como o benefício adicional de aumentar a disponibilidade de dejetos para adubo e de força de tração, melhorando a produtividade em geral. Por fim, a diversificação produtiva para além dos cereais e a aplicação da rotação dessas culturas (não apenas de terras) contribuiu expressivamente para a recuperação do solo. (KAUTSKY, 1972)

Se a ampla utilização da mecanização com trabalho animal, um dos componentes da tradição europeia descrita acima, distinguiu o colono sudoestino do caboclo a que deu lugar e da maior parte do campesinato no Brasil, a ligação íntima entre pecuária e agricultura manifestada pelo uso da adubação não foi seguida. Embora o colono não se enquadre dentro lógica do usufruto e sim da propriedade, para ele também vale a máxima de obter a maior quantidade de produto empregando a menor quantidade de trabalho. Quando se dispunha de áreas suficientes para que o sistema de rotação de terras gerasse uma produção farta, a escolha pela adubação orgânica (mais laboriosa) seria antieconômica.

(ABRAMOVAY, 1981)

Até os anos 1970, portanto, o método de preservação do solo do colono no sudoeste era a rotação de terras – a adubação animal praticamente inexistia. Compunham o estabelecimento uma pequena área para pastagem (compatível com o reduzido número de animais), uma área de lavoura e uma de pousio. Nos limites pertencentes à lavoura promovia-se uma rotação de culturas variadas: milho, voltado sobretudo à alimentação dos suínos; feijão preto, normalmente para atender aos mercados de Curitiba e Rio de Janeiro; trigo, que seria trocado por farinha de trigo, para o consumo da família; e forragens para os bovinos, entre elas mandioca, alfafa, cana-de-açúcar e soja. O tempo de pousio foi reduzido em comparação com que praticava o caboclo, para períodos de seis a dez anos, ou até mais curtos, de dois anos. (ABRAMOVAY, 1981)

A terra fértil da região e o êxito desse regime de exploração contribuíram para que os anos 1950 e 1970 tenham marcado uma época de prosperidade - diferentemente da realidade nacional. A criação de suínos destaca-se como representante desse sucesso. O ganho de valor agregado comparando o suíno ao milho, evidencia a perspicácia da intensificação do trabalho (neste caso, direcionado ao cuidado animal) como alternativa à limitação de superfície de lavoura. Somaram-se a esses fatores a condição de proprietário do agricultor (conferindo maior estabilidade) e a demanda gerada pelo crescimento das cidades. (ABRAMOVAY, 1981)

Ao longo da década de 1970, a estratégia de rotação de terras começaria a mostrar exaustão. A degradação do solo não era mais completamente compensada. Ao agricultor restava adquirir mais terras ou, em não tendo condições, ele veria declinar sua produtividade e sua renda. Ainda existia alternativa da adubação animal, porém, a custo de empregar mais trabalho. Não havia, portanto, solução simples para o produtor. Viria um período de transformação na agricultura da região em que muitos conseguiriam assimilar inovações técnicas, mas a perda de condições materiais seria a tendência mais comum. (ABRAMOVAY, 1981)

5.2.4 Comércio e relação entre comerciante e colono até 1970

Em contraste com a economia cabocla, nessa fase, o comércio deixa seu status acessório para absorver parte significativa da produção. Ainda assim, há de se falar em um sistema destinado ao consumo. A análise se explica pelo caráter das trocas, que envolvem restritamente o resultado do trabalho do agricultor e as necessidades básicas da família (aquelas que a propriedade não oferecia, como sal e querosene). Dada a simplicidade de suas ferramentas e insumos naquela época - arado simples, reduzido investimento inicial em animais, completa ausência dos insumos industriais que viriam na fase seguinte - o produtor não é um consumidor de meios de produção a ser levado em conta. (ABRAMOVAY, 1981)

Da mesma forma que o colono, a classe de comerciantes do sudoeste vinha do fluxo migratório de gaúchos e catarinenses descendentes de europeus. A origem europeia conferia identidade cultural entre o mercador e o colono, em oposição ao caboclo ¹². Em sua maioria, haviam sido agricultores que abandonaram suas atividades e investiram o dinheiro da venda de sua terra no comércio. Uma vez que o grande capital bancário praticamente não penetrava a região, os comerciantes acumulavam os papéis de conexão do colono com o mercado e de fornecedores de empréstimos, ainda que o crédito concedido normalmente se camuflasse no adiantamento de artigos de consumo. (ABRAMOVAY, 1981)

Segundo Corona (2003, p. 10), a despeito da taxa alta dos empréstimos, “a relação entre eles [comerciante e camponês] era de confiança e o tratamento era pessoal e cordial. Era ao comerciante que o camponês recorria em caso de emergência ou necessidade”.

Se essa relação de proximidade livrava a subordinação de um sobre outro, não impedia que a dependência comercial e creditícia sustentasse a exploração do campesino pelo comerciante e certa desigualdade social. Além dessa afinidade, porém, podem-se enumerar alguns fatores limitantes das disparidades sociais no sudoeste até 1970: a descentralização dos intermediários do comércio, a exploração se dava pelo capital pequeno e médio; a prosperidade do agricultor (conforme visto no subitem anterior), capaz de assegurar-lhe as condições de vida; a ausência de grandes diferenças na superfície das propriedades, e, como consequência, da

¹² Associada aos interesses econômicos, esses laços contaram, inclusive, para que os comerciantes participassem ativamente da Revolta de 1957. (ABRAMOVAY, 1981)

capacidade produtiva de cada uma delas¹³. O fato de a terra não costumar ser objeto de hipoteca nesse período, soma-se aos elementos citados para que o agricultor não temesse pelos meios de sua reprodução social; era, pois, pouco provável o levante do campesinato. (ABRAMOVAY, 1981)

5.3 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA DO SUDOESTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970

5.3.1 A tendência modernizadora e a política do Estado brasileiro

Após a Segunda Grande Guerra, uma série de mudanças se fizeram sentir na agricultura mundial: redução relativa no agregado produzido na economia; crescimento industrial maior que o agrícola, embora este último ainda tenha superado o crescimento populacional; e, ainda que à margem da indústria, início de uma revolução tecnológica resultante do progresso científico. Esta análise prioriza os quesitos técnicos desse processo, que desloca importância de recursos naturais, como a mão de obra direta e a fertilidade do solo, para elementos tecnológicos, a exemplo do uso de máquinas e equipamentos modernos e técnicas mais desenvolvidas - transferindo, desta maneira, mão de obra da lavoura para outros setores da atividade. (BRUM, 1985)

Um dos braços dessas mudanças foi a “Revolução Verde”, como foi chamado o esforço de aumentar a produtividade agrícola por meio de pesquisas genéticas que adaptassem as plantas a diferentes condições climáticas e de solo e a tornassem mais resistentes a doenças e infestações. (BRUM, 1985)

Para cada uma das principais necessidades no trabalho agrícola, uma solução tecnológica: para a regeneração dos nutrientes do solo, os fertilizantes químicos; para o combate a ervas daninhas, os defensivos agrícolas (Revolução Verde); para preparar o solo, plantar e colher, a motomecanização; e para a o desenvolvimento de espécies com ciclo reprodutivo reduzido, a pesquisa genética. (CORONA, 2003)

¹³ Essa relação entre as variáveis área e produção é ainda mais estreita nesse contexto, em que a carência de soluções técnicas aumenta a importância da extensão da terra. (ABRAMOVAY, 1981)

Inserida dentro do contexto do regime militar instaurado em 1964, a modernização agrícola brasileira fazia parte da política de Estado que visava à autossuficiência alimentar e, principalmente, ao alcance de excedentes de produção para aproveitar a demanda internacional¹⁴. Nesse projeto conservador, além do interesse pela de internacionalização, colaborava para que a agricultura passasse a ser campo para a expansão capitalista o objetivo de ampliá-la como mercado de produtos provenientes da indústria. Para o agricultor, as inovações eram uma alternativa frente a degeneração do solo e a consequente queda da produtividade do trabalho. Desta maneira, as mudanças foram acolhidas e começava a mostrar-se um novo perfil da agricultura: de fornecedora de produtos de exportação e consumidora de bens de capital e insumos industriais. (CORONA, 2003)

Para atingir o objetivo de internacionalização, o governo priorizava a parcela de agricultores vinculados à pauta de exportação no montante de liberação e no subsídio de recursos para crédito rural. O benefício dirigido também se dava na forma de políticas de preço mínimo e de seguro prestamista sobre o crédito contraído. O outro aspecto do projeto modernizador, a constituição no campo de um mercado para a indústria, era conduzido pelo subsídio para compra de máquinas agrícolas e insumos. Esse estreitamento das relações monetárias entre o urbano e o rural tem o efeito adicional de valorizar a terra, na medida em que a mesma torna-se uma opção para o capital especulativo. (MARTINE¹⁵, 1987, *apud* CORONA, 2003)

5.3.2 Diferenciação social no processo de modernização

No sudoeste do Paraná, mutações pertencentes a esse fenômeno começaram a ser notadas no fim da década de 1960. Embora nenhum agricultor tenha permanecido imune a seus efeitos, esse processo não se deu de forma homogenia. De modo que, diferentemente do período anterior, a partir da intensificação dessas alterações, a região assiste a uma maior diferenciação social,

¹⁴ Pode ser acrescentado que o interesse pelo mercado das *commodities*, como mencionam Savoldi e Cunha (2010, p. 33), era ligado ao objetivo de combater os desequilíbrios da balança comercial do país.

¹⁵ MARTINE, G; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

que separa aqueles que conseguiram absorver as inovações daqueles que não tiveram condições de fazê-lo. (ABRAMOVAY, 1981, p. 94)

Savoldi e Cunha (2010) dividem os colonos que passaram por esse período em três estratos. Aquele que não obtivera crédito para capitalizar-se e alcançar as inovações seria o colono fraco. Este colono ou demorara a notar as mudanças e postergara a procura pelo crédito ou, embora tenha buscado contratá-lo a tempo, não possuía terras em extensão ou qualidade propícias ao emprego dos insumos modernos ou, ainda, por gênio ou circunstâncias, não quisera submeter-se ao risco. O colono intermediário, caso que correspondia a quase todos os colonos do Sudoeste, estava em fase de capitalização. O grupo forte já teria avançado em sua capitalização. Esse colono mais privilegiado aproveitara o crédito e ocupara as terras melhores, ganhando vantagem de produtividade; este produtor tinha origem possivelmente na suinocultura de ciclo completo, perpetrada desde os anos 1950 nas regiões mais antigas de ocupação.

Corona (2003) confirma o crédito como fator determinante dessa heterogeneidade no processo modernizador no Sudoeste. Os critérios utilizados para liberação dos recursos inibiam a participação da maior parte dos pequenos estabelecimentos. O agricultor deveria ter a propriedade de áreas extensas o bastante para tornarem-se objeto de hipoteca e para receberem em escala indicada o conjunto de novas técnicas. Diferentemente das antigas relações entre o colono e o comerciante, o prestamista agora fazia parte do sistema bancário e procedia de forma impessoal; além disso, a propriedade da terra também passava a ser condição basilar de acesso ao crédito.

Abramovay (1981) pondera, no entanto, que a referida diferenciação não se radicalizou em uma polarização social, tal como na oposição entre burguês e proletário, uma vez que a exclusão das inovações, via de regra, não levou à perda da terra e a proletarização do camponês menos favorecido.

Dado o fenômeno de diferenciação explicado acima, deve-se esclarecer que os novos traços técnicos descritos a seguir restringem-se ao conjunto de produtores incluídos na modernização.

5.3.3 Alterações na forma de produzir

Como se pulasse uma etapa da revolução agrícola do século XVIII, com o abandono do pousio, o produtor do sudoeste adota a adubação química; isto é, sem apresentar histórico de utilização de adubo orgânico como opção de regeneração do solo, incorpora diretamente a tendência da nova revolução agrícola. Em consequência do fenecimento do pousio, a lavoura avançou sobre as áreas antes reservadas à capoeira e sobre domínios que não eram aproveitados, reduzindo drasticamente a superfície de floresta que cobria a região - visto que as forragens e rações passaram garantir monte mais expressivo de suprimentos animais, a lavoura tomou inclusive parte das pastagens. A terra desmatada, por sua vez, gera a demanda por outros dois fatores: os defensivos agrícolas, porque sem a cobertura vegetal, as ervas daninhas desenvolvem-se com mais facilidade e estes insumos livram o agricultor do esforço de removê-las manualmente (este auxílio é empregado, principalmente, nas culturas de soja e trigo); e a conservação de solo contra a erosão (como terraceamento e curvas de nível), o que acresce a carga de trabalho aplicada sobre a terra. (ABRAMOVAY, 1981)

Como indicador da mecanização, destaca-se o aumento da proporção de estabelecimentos que utilizavam trator, bem como a potência desses veículos. Contudo, a força animal não fora abandonada, sendo ainda muito comum naquele período. Quanto às pesquisas biológicas, como comenta Abramovay (1981, p. 98), “alteram o ritmo metabólico de alguns animais e plantas chegando quase a criar novas espécies. Basta lembrar, para se ter uma ideia do que isto significa, que as galinhas das granjas modernas não chocam, só botam os ovos”.

A intensificação do trabalho sem os artifícios industriais permite a ampliação da área cultivada, porém não contribui para o aumento na produtividade do trabalho - é o caso do ganho de valor agregado na criação de suínos, mencionado no item 4.1.3. Os insumos industriais, por outro lado, possibilitam a intensificação da produção concomitantemente ao acréscimo na produtividade do trabalho agrícola, como exemplo da mencionada tendência mundial de troca de trabalho na propriedade pelo trabalho implícito nos novos meios de produção. Embora pese no sentido da redução de necessidade de mão de obra, esse avanço na produtividade manifestou-se contraditoriamente ao lado do aumento do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos. Esse comportamento foi contra o fenômeno dominante

no Estado de proletarização do camponês, mantendo-se na região a base familiar de produção. Conclui-se que parte significativa dos agricultores pôde, em alguma medida, assimilar a modernização em curso. Tem-se que as economias de escala obtidas pelo grande estabelecimento não chegam ao ponto de inviabilizar a mecanização da pequena propriedade. (ABRAMOVAY, 1981)

Resta examinar uma alteração na maneira de produzir decorrente das transformações sofridas pela agricultura na década de 1970, qual seja a especialização da produção. Não diretamente ligada às inovações no campo, mas à infraestrutura, a evolução dos transportes colaborou com a especialização, uma vez que expandiu o alcance do mercado de gêneros agrícolas e de insumos. Além disso, nos anos 1960, houve uma alta dos preços internacionais de certos produtos, como soja, trigo e café, incentivando o abandono de outras culturas e a dedicação a essas variedades. Levou a especialização, igualmente, a adoção de insumos industriais em geral, na medida em que recorrer ao mercado para suas necessidades libera o produtor para especializar-se; há, inclusive, o interesse de empregar plenamente os insumos adquiridos. (MARTINE¹⁶, 1987, *apud* CORONA, 2003)

5.3.4 Modernização parcialmente absorvida

O caboclo e o indígena representavam o Brasil atrasado e o colono o progresso, na época em que este migrava para o Sudoeste. A tradição europeia traria consigo o avanço. Com a decadência do modelo de exploração que o colono estabelecera e a necessidade que a modernização impunha de renunciar a diversos componentes de sua tradição, era a denominação de colono que ganhava a marca do atraso. Mesmo assim, a chegada da nova revolução agrícola no Sudoeste não apenas se restringiu em número, mas também em grau; ou seja, a fatia de agricultores familiares que teve condições de assimilar as mudanças técnicas, o fez de forma limitada. (CORONA, 2003)

Conforme mencionado acima, entre outras mudanças, observou-se no Sudoeste o uso de rações e adubos industriais e de espécies modificadas. Estas

¹⁶ MARTINE, G; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987.

modificações foram adotadas pela maioria dos produtores, mesmo os pequenos, mas conviviam com a tração animal. A mudança de cenário e a especialização da produção tão pouco extinguiu o cultivo para autoconsumo. O que se verificou foi uma mescla entre a produção direcionada ao mercado e a produção diversificada de alimentos para a família, conservando, portanto, um elemento da tradição do colono. (CORONA, 2003)

6 VARIÁVEIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ

Conforme examinado na sessão anterior, apesar de parcialmente assimiladas pelo colono, as transformações agrícolas no mundo a partir da segunda metade do século passado alteraram significativamente a dinâmica do Sudoeste, especialmente na década de 1970. Os agricultores que conseguiram se modernizar (sobretudo porque dispunham de crédito) incorporaram, entre outras técnicas, a conservação do solo a base de insumos artificiais, sementes selecionadas e ração industrial para o gado. Passaram a se sobressair na cesta de produtos, gêneros de exportação, como soja e milho. Na medida em que essas novas características se misturavam à sobrevivência da produção para autoconsumo e ao uso de tração animal, instituíam-se um sistema misto, no qual se confundiam a modernização e a tradição do colono. O atraso econômico daquele que não pôde absorver as mudanças reflete numa diferenciação social mais flagrante do que se observava nos períodos anteriores.

As iniciativas do poder público na história mais recente abriram caminho para mudanças nessa perspectiva que a modernização ofereceu ao agricultor familiar; esta categoria que, embora seja majoritária em número, tem maiores dificuldades nas competências técnicas e no acesso ao mercado. O PRONAF é um exemplo de plano de desenvolvimento rural que busca responder a uma reclamação histórica desse segmento: o acesso do agricultor familiar aos produtos do sistema financeiro. A agricultura familiar ganhava mais evidência nos anos 1990. É neste contexto, portanto, que essas novas iniciativas aparecem. O movimento dos trabalhadores rurais da época começava a se fazer ouvir na Constituição de 1988 e, destacadamente com as “Jornadas Nacionais de Luta”, a agricultura familiar

conquistava espaço no planejamento das políticas públicas para o campo. Paralelamente, a própria definição de agricultura familiar e as políticas das quais esta categoria necessitaria foram melhor elaborados pelos estudos do convênio FAO/INCRA – este que, inclusive, fundamentou as políticas que constituiriam o PRONAF. (SAVOLDI; CUNHA, 2010)

Aos principais programas (e aos sistemas de cooperativas) para o meio rural serão dedicadas referências curtas. Não se ambiciona neste trabalho investigar a forma de atuação dessas políticas, avaliando seus êxitos. Tendo ciência desse contexto e das marcas do processo de modernização, pretende-se apenas apontar nos dados apresentados quais são os atributos mais importantes associados à agricultura familiar da região no ano do Censo.

Esta seção tem, desta maneira, um caráter predominantemente expositivo. Serão apresentadas as principais variáveis disponíveis dos estabelecimentos familiares, tais como: valor da produção, condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, etc.), grau de especialização da produção, acesso a financiamentos, grau de integração ao mercado, uso de tecnologia e gama de produtos oferecidos.

6.1 PRODUÇÃO

6.1.1 Uso de tecnologia

A tabela a seguir mostra quais os tipos de tecnologia de que faz uso o agricultor familiar e o não familiar da mesorregião estudada.

TABELA 3 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

	(unid.)	(%)
Utiliza assistência técnica	21.049	51,82
Usa energia elétrica	36.737	90,44
Uso de força de tração animal	18.575	45,73
Uso de força de tração mecânica	23.595	58,09
Usa irrigação	996	2,45
Usa adubos e corretivos	32.033	78,86
Faz controle de pragas	7.806	19,22
Faz conservação de solo	33.619	82,77

FONTE: SIDRA (2014).

Chama a atenção que quase a metade dos estabelecimentos ainda usa a tração animal. Isso evidencia a herança do modelo de produção que absorveu parcialmente a modernização dos anos 1970.

O gráfico a seguir mostra a utilização de recursos tecnológicos, por faixa de renda:

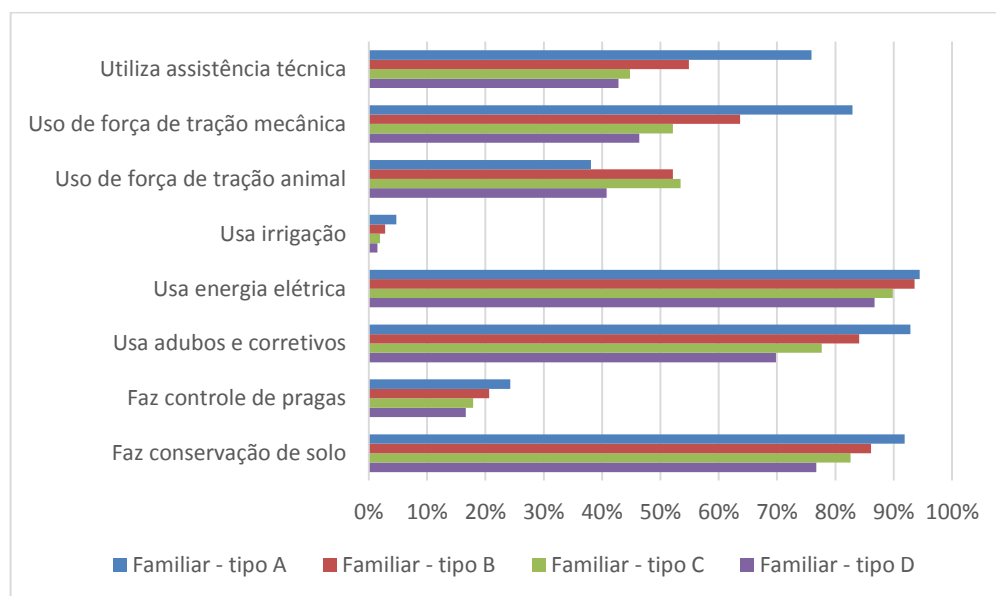


GRÁFICO 1 – PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DE CADA FAIXA DE RENDA SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

A maior adesão a recursos tecnológicos dos estratos superiores de renda vem confirmar a relação estabelecida pelos autores da tecnologia como um meio de

diferenciação para cima da produtividade e da renda. A exceção é o uso de tração animal, associado a um modelo de exploração mais rudimentar do que aquele que conta com a motomecanização.

6.1.2 Gama de produtos

Conforme informado na Tabela 2, o valor total da produção agropecuária familiar em 2006 é de aproximadamente um bilhão de reais. Segue neste subitem a produção discriminada por categorias de produtos, conforme gráfico:

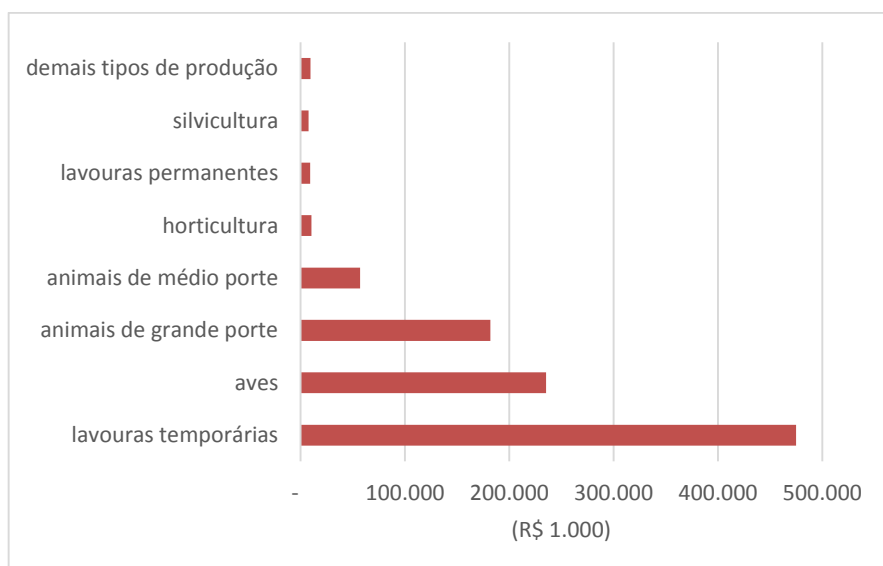


GRÁFICO 2 – VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NO ANO SEGUNDO TIPO DE PRODUÇÃO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

Dada a significância observada dos produtos de lavoura temporária, segue abaixo tabela que desmembra essa categoria de produção:

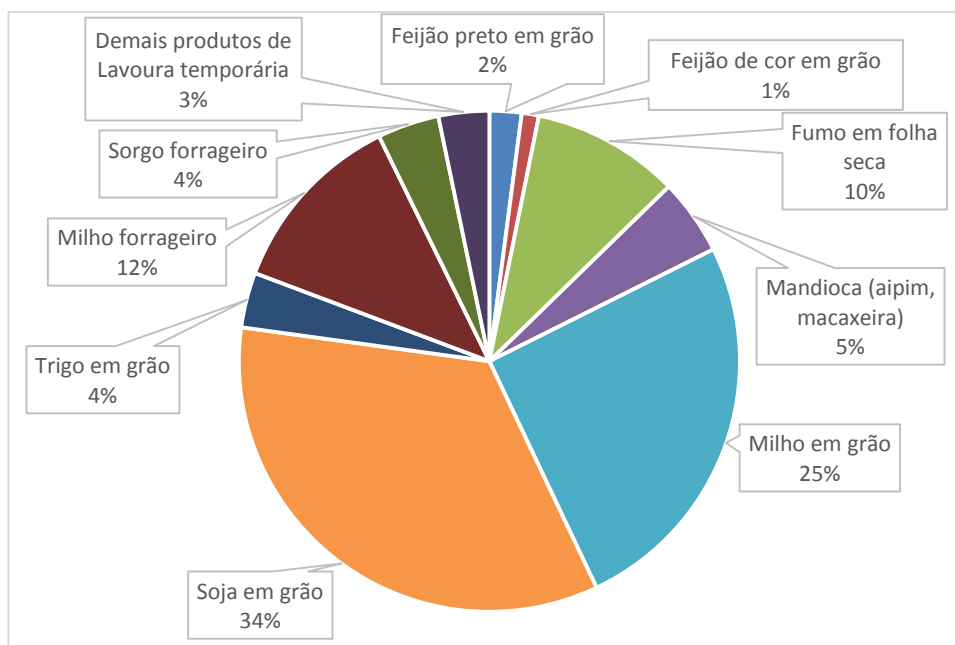


GRÁFICO 3 – PROPORÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DE LAVOURA TEMPORÁRIA SEGUNDO TIPO ESPECÍFICO DE PRODUTO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

A importância do milho e da soja é evidente. Também através do Sidra (2014), pode-se destacar o valor da produção de leite, de aproximadamente R\$ 127 milhões (metodologia do IBGE), correspondendo a mais de um quarto dos produtos de origem animal.

O IBASE (2006) atesta a concentração da produção familiar do Sudoeste nesse produtos, milho, soja e leite. A instituição explica que essa produção, via de regra, é vendida a empresas grandes ou cooperativas. Em menor proporção, também há a comercialização com a agroindústria, seria principalmente o caso da pecuária de aves e suínos. Esses três produtos mais importantes têm, inclusive, mais facilidade na concessão de crédito pelo PRONAF, dada a preferência por parte do Bando do Brasil pelos produtos de maior aceitação no mercado. O milho e soja e outros grãos contam, ademais, com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Este oferece seguro rural, que incentiva esses produtos, na medida em que ao agricultor interessará cultivar a maior parte possível do gênero coberto. O leite é um ramo em ascensão. As cooperativas ligadas a esse a esse gênero tem se renovado. Sobressai-se o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF), que tem colaborado para a melhora dos preços e a redução da dependência do produtor às grandes corporações. Entre os esforços das

cooperativas, está a organização de venda coletiva, conjugação da produção do leite com diversificação para outros gêneros, beneficiamento da produção e manutenção da qualidade das pastagens. (IBASE, 2006)

Segundo o IBASE, (2006) modelo concentrado de produção não é sustentável. Dependendo da área da qual dispõe o produtor, a receita líquida gerada pelo modelo de produção de grãos não é suficiente para o consumo básico da família¹⁷. Aliam-se a essa adversidade material, os problemas de gestão do produtor - marcada pela falta de visão de longo prazo e planejamento que vislumbre reveses no mercado – e a relação de dependência com empresas, cooperativas ou atravessadores. Essa deficiência revela-se em vicissitudes como estiagens e quedas de preços das *commodities* cultivadas.

Santos (2008), embora não classifique taxativamente a estratégia de produção monocultora na região como insustentável, critica as limitações da aplicação desse modelo para o pequeno produtor. A autora fornece dois exemplos de agricultores entrevistados e avalia o êxito da safra de soja de 2005/2006 para cada um deles segundo os preços vigentes. Um havia plantado soja em 3 dos 4 hectares que possuía. Só não teve prejuízos graças ao financiamento concedido pelo PRONAF, crédito que, aliás, tinha dificuldades para quitar. Outro agricultor cultivou soja em 5 hectares, em sua propriedade de 8 hectares. Teve prejuízo, que pagou com a produção de seu aviário interligado à Sadia, já que não contratara financiamento. Mesmo tendo sido observado um ano de safra ruim, evidencia-se a dificuldade desses pequenos produtores. A admoestação da autora sobre o padrão moderno de produção de *commodities*, porém, não se restringe a aspectos financeiros. Ela contesta a submissão do agricultor a uma racionalidade exógena, que, se é capaz de assegurar o aumento do volume de produção de soja e milho, não garante a melhora das condições de vida do agricultor.

Assim, quando se veem os agricultores familiares do Sudoeste do Paraná produzindo grãos, a partir do pacote tecnológico, considera-se que estão na contramão, pois atuam em uma área que é destinada para o setor produtivo e que resulta em um baixo grau de retorno e uma subordinação eminente. O que estes pequenos agricultores, em geral, realizam é uma espécie de agronegócio. De modo geral, em um sistema de *commodities* a produção em pequena escala não traz retorno a esse produtor, apesar de no montante significar uma grande oferta de matéria-prima ao mercado. Outro aspecto negativo para estes produtores é a dependência dos insumos

¹⁷ O IBASE (2006) estima essa área mínima em 9 alqueires.

modernos, cujos preços variam na proporção inversa da quantidade adquirida. (SANTOS, 2008, p. 81-82)

6.1.3 Especialização da produção e integração ao mercado

A despeito da estratégia monocultura e estreitamente conectada ao mercado seguida por parte dos estabelecimentos e da completa dominância desse pequeno grupo de gêneros no valor produzido pelas unidades familiares, podemos observar que as classificações do Grau de Especialização da Produção e do Grau de Integração ao mercado ainda dividem os estabelecimentos, conforme gráficos abaixo:

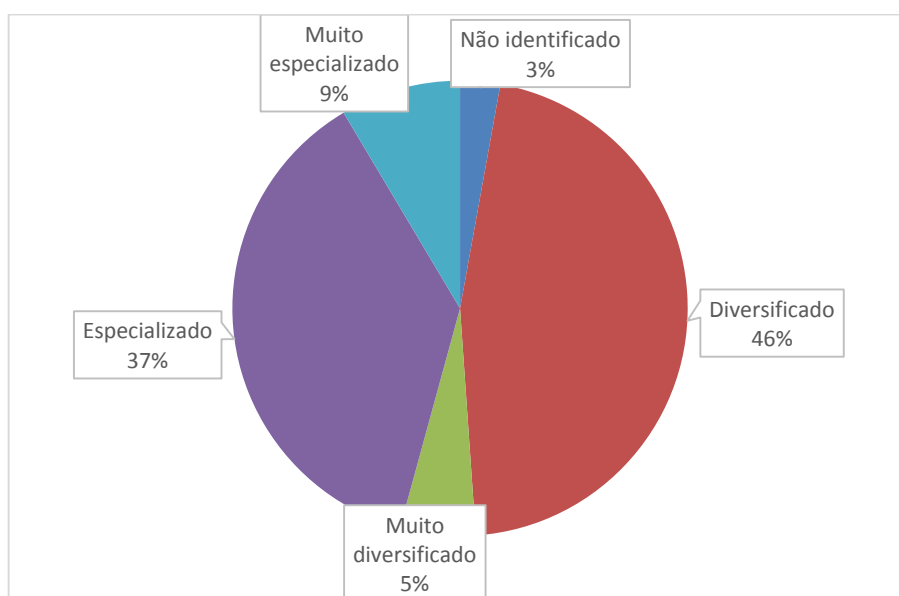


GRÁFICO 4 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

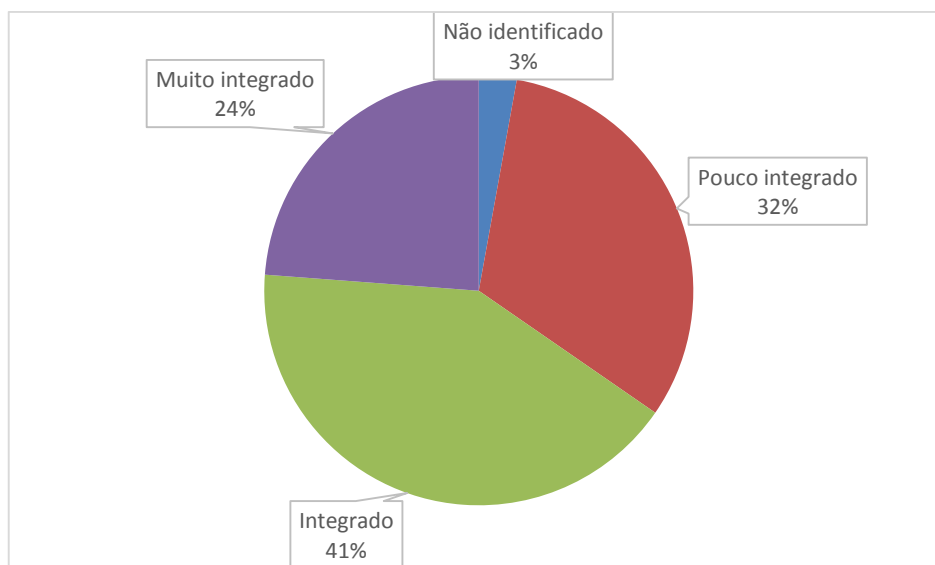


GRÁFICO 5 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO GRAU DE INTEGRAÇÃO AO MERCADO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

Um elemento que possivelmente contribui para a resistência da diversificação produtiva é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Como explica o IBASE (2006), para agricultura familiar no Sudoeste, as vertentes de atuação mais recorrentes desse plano é a compra especial antecipada e a compra direta¹⁸. Esses mecanismos respondem às dificuldades dos agricultores com a comercialização de alimentos – na região, são exemplos açúcar mascavo, frutas e farinha. Nesse sentido, além da tendência monocultora, o programa é um escape a outro efeito do PROFAF, a assimetria gerada pelo incentivo à produção sem a compensação de um estímulo à comercialização.

Como será explorado adiante, as iniciativas associativistas também contribuem para a produção mais diversificada e, além disso, auxiliam no acesso do agricultor familiar ao mercado.

¹⁸ Como esclarece a CONAB (2004, p. 1), o primeiro mecanismo consiste na “aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e agroextrativista, oriundos da agricultura familiar, visando a formação de estoques ou doação simultânea a populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais”; o segundo, “possibilita aos agricultores familiares a venda de alimentos para o Estado a preços de referência. As aquisições fazem parte da estratégia de apoio à agricultura familiar e de constituição de reserva estratégica de alimentos.”

6.2 ACESSO AO CRÉDITO

A tabela abaixo permite constituir um quadro geral do acesso ao crédito rural na mesorregião estudada, considerando o número de estabelecimentos e os valores liberados pelos financiamentos.

TABELA 4 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS SEGUNDO AGENTE FINANCEIRO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

	Número de estabelecimentos		Valor dos financiamentos	
	(unid.)	(%)	(1.000 R\$)	(%)
Total	19.546	100,00	176.889	100,00
Bancos	14.229	72,80	130.529	73,79
Cooperativas de crédito	5.319	27,21	40.179	22,71
Comerciantes de matéria prima	20	0,10	362	0,20
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	288	1,47	1.871	1,06
Empresa integradora	321	1,64	1.838	1,04
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	124	0,63	911	0,52
Organização Não-Governamental - ONG	23	0,12	197	0,11
Parentes ou amigos	96	0,49	472	0,27
Outro agente	84	0,43	530	0,30

FONTE: SIDRA (2014).

Os cerca de 19 mil estabelecimentos que obtiveram financiamento representam 48,57% do total de estabelecimentos familiares. (SIDRA, 2014)

Embora não seja possível especular através desses dados, por exemplo, a respeito da importância para os agricultores familiares beneficiados a diminuta rubrica de R\$ 197 mil concedida por Organizações Não-Governamentais; tendo-se em conta o volume de financiamentos e o universo das propriedades, fica clara a pouca representatividade dos agentes financeiros que não os Bancos e as Cooperativas de crédito. Aliás, os bancos são responsáveis, isoladamente, por cerca de três quartos do crédito total.

A tabela seguinte refere-se à proporção de contratação por finalidade de

financiamento entre aqueles que obtiveram crédito.

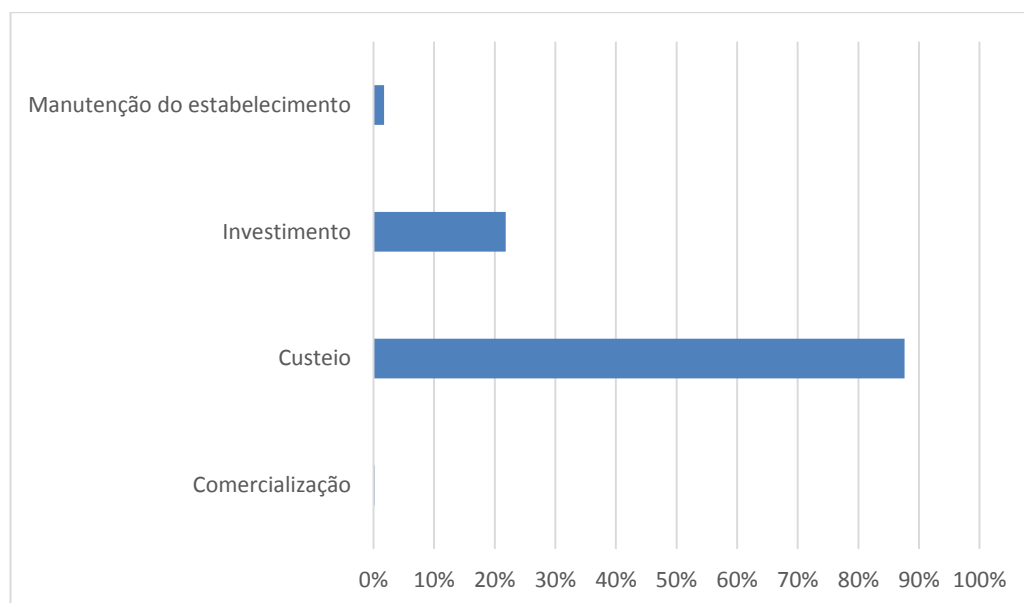


GRÁFICO 6 – ENTRE OS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTOS, A PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS CONTRATANTES SEGUNDO A FINALIDADE - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA IBGE

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

O gráfico a seguir discrimina os motivos de não contratação de financiamento dos estabelecimentos familiares e não familiares para aqueles que não obtiveram crédito.

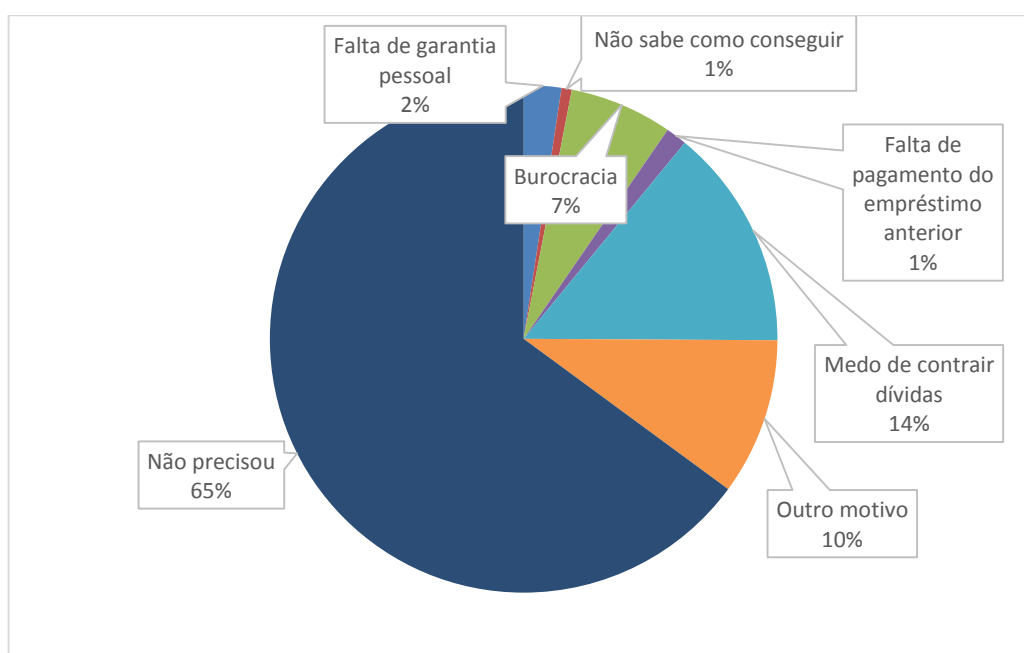


GRÁFICO 7 – ESTABELECIMENTOS QUE NÃO OBTIVERAM FINANCIAMENTO POR MOTIVO DE NÃO OBTENÇÃO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

De acordo com os dados acima, os estabelecimentos familiares parecem enfrentar pouco a “burocracia” e o “medo de contrair dívidas”; a causa principal da não obtenção foi não precisar do crédito. A primeira barra de cem por cento reproduzida acima, ou seja, o total de estabelecimentos familiares que não obtiveram financiamento, constitui 53,5% do universo de unidades dessa categoria. Se excluirmos a fatia “não precisou”, a proporção é de 18,8%; ou seja, mais de 80% dos estabelecimentos ou obteve financiamento ou não necessitou de contratação. (SIDRA, 2014)

Este último percentual sugere que os agricultores provavelmente contratem crédito na medida de sua necessidade. Embora fuja à proposta e à competência deste trabalho discutir cada variável de forma pormenorizada ou examinar a adequação da metodologia, é necessário assinalar dois problemas nessa constatação. O primeiro é que, em se dispondo apenas do número de estabelecimentos contratantes como parâmetro, não se pode avaliar a possibilidade de as unidades que obtiveram financiamento terem angariado valor inferior àquele que desejavam. O segundo é a percepção da literatura da barreira que o crédito pode representar na região.

Foi abordado anteriormente que o acesso a financiamentos foi determinante na diferenciação social processada durante a modernização dos anos de 1970 e essa não parece ser uma realidade de todo superada. Não obstante aos avanços da década de 1990, de acordo com o que será visto no subitem seguinte, o objetivo de prestar suporte financeiro ao agricultor familiar ainda faz parte do esforço de associações de crédito. Acrescenta-se a relação das dificuldades encontradas pelo PRONAF feita por Savoldi e Cunha (2010): o plano ainda está longe de suprir a necessidade de crédito da agricultura familiar, apesar do crescimento do volume de recursos; persiste a diferença entre o tempo que seria ideal para concessão do crédito e a disponibilidade do mesmo, o que cria condições para a concentração dos montantes em certas regiões ou culturas; diminuição expressiva do percentual exigido dos bancos para esse tipo de programa; histórica burocracia do Estado e centralização das decisões.

Ponderando as limitações citadas acima e as críticas a respeito da tendência monocultura e de subordinação ao mercado, devem-se frisar alguns pontos na defesa do PRONAF. O IBASE (2006) lembra que a maior parte dos agricultores integrados a associações de cooperativas recebe recursos do programa e que se não fosse por esse crédito, a migração para as áreas urbanas seria maior. Quanto ao estímulo à concentração produtiva, Savoldi e Cunha (2010) rebatem argumentando que, caso as escassas verbas do programa fossem direcionados a localidades mais pobres, o público atingido seria inadequado do ponto de vista da eficiência econômica (por ser menos preparado à competição do mercado ou por carecer de infraestrutura), representaria, deste modo, o malogro da política e o desperdício do dinheiro do Estado. Numa avaliação geral, Savoldi e Cunha (2010, p. 44) concluem que as iniciativas do PRONAF “incentivam cada vez mais os pequenos agricultores a investir e acreditar no potencial de suas propriedades, a fim de permanecerem no campo e, conseqüentemente, gerarem uma reprodução social e econômica através da agricultura familiar.”

Se dividirmos a agricultura familiar pelos estratos de renda, verificaremos que nenhuma das faixas destoa impressivamente do total.

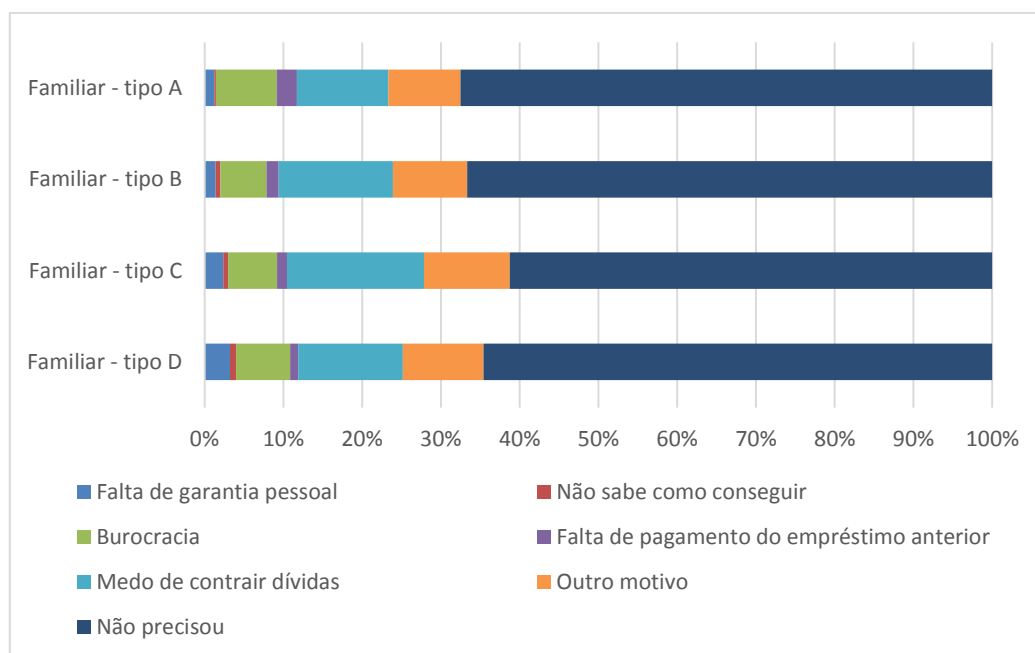


GRÁFICO 8 – ESTABELECIMENTOS QUE NÃO OBTIVERAM FINANCIAMENTO POR MOTIVO DE NÃO OBTENÇÃO SEGUNDO FAIXAS DE RENDA - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

6.3 ASSOCIATIVISMO

Conforme o SIDRA (2014), somente 15,04% dos estabelecimentos familiares era associado a cooperativas em 2006. O gráfico abaixo mostra que as faixas de renda mais altas têm uma adesão maior ao associativismo.

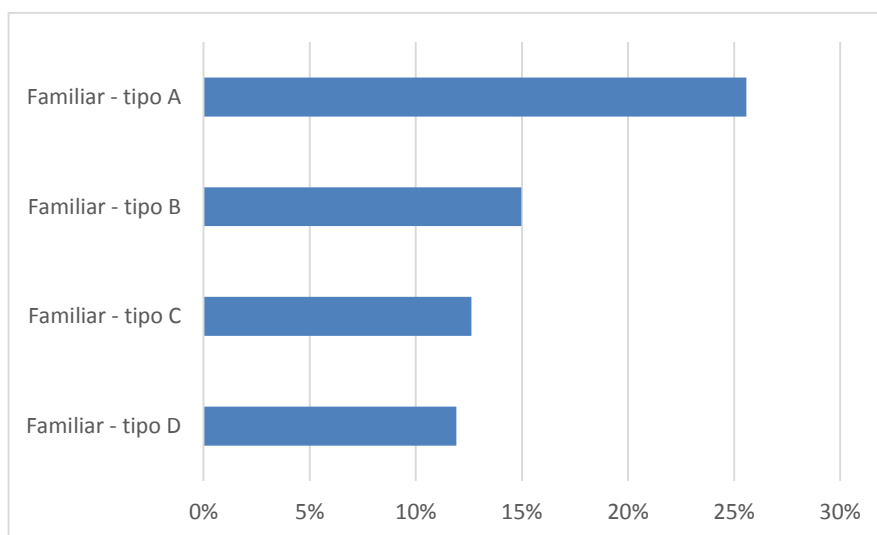


GRÁFICO 9 – PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

O associativismo no Sudoeste do Paraná, reflete o histórico de lutas que fortaleceram a união dos trabalhadores rurais da região, em especial sob a liderança dos sindicatos da classe. A partir dos anos 1990, surgiram organizações com viés distinto das cooperativas empresariais, ao promover a redução da dependência do produtor familiar em relação ao mercado. Infelizmente os dados disponíveis para a elaboração do gráfico acima não separam as cooperativas dessa natureza das empresariais tradicionais. Entre essas entidades, além da já comentada importância para a pecuária leiteira do SISCLAF, faz-se notar A Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL). A organização foi criada na própria região (hoje se expande a outros estados) com base em fundos de crédito rotativo apoiados por recursos de instituições internacionais. Sua proposta, mais do que garantir o financiamento das unidades familiares, é articular soluções para desenvolvimento rural. A CRESOL é reconhecido como o principal suporte financeiro do agricultor familiar; atribui-se ao

sistema, inclusive, a efetiva perpetração do PRONAF no Sudoeste, uma vez que o Banco do Brasil não teria inclinação, tão pouco expertise, para lidar com o segmento agrícola familiar. (IBASE, 2006)

Desse período de emergência do cooperativismo também fazem parte o Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas (COOPAFI) e a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. (COOPERIGUAÇU). O COOPAFI trabalha na comercialização de diversos gêneros alimentícios, incluindo frango, mel, frutas e açúcar mascavo. Suas ações resumem-se em intermediar a compra coletiva de insumos dos fornecedores; promover feiras, para troca de produtos entre as regiões; e articular locais de venda; construir a identidade dos produtos da rede através de um selo de origem, evitando que os agricultores compitam entre si, sem, no entanto, anular as especificidades de cada produto. Já a COOPERIGUAÇU atua na assistência técnica. Seus trabalhos direcionam-se mais às necessidades da unidade produtiva, do que a algum ramo determinado. (IBASE, 2006)

Também merece menção a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). Mais antiga, sua origem é ligada a instituições católicas na década de 1960, num momento em que a imposição do modelo de modernização pelo Estado era hegemônica e o aparecimento de programas como o PRONAF ainda estava distante. Entretanto, essa entidade também faz parte do contexto atual de busca por alternativas às implicações que persistiram do projeto modernizador. Suas contribuições nessa nova fase são ligadas à produção orgânica de grãos, frutas e verduras, entre outros; ao envolvimento em indústrias pequenas de derivados de leite, abatedouros, açúcar mascavo e melado; e a redes de comercialização. (CORONA, 2003)

Como mencionado, a capacidade de união dos sindicatos de trabalhadores rurais foi um elemento importante para a constituição das associações. Segundo o IBASE (2006, p. 97), no entanto, embora a maioria dos integrantes das cooperativas, seja também associada ao sindicato, há a percepção entre os diretores das cooperativas de “uma tendência de os sindicatos atuarem referidos ao Estado e com dificuldade de organizarem agricultores familiares do ponto de vista econômico.” O associativismo na região, portanto, é fator fundamental na busca de estratégias para acesso ao crédito e para a integração ao mercado. Percebe-se a importância,

outrossim, de alguns conselhos municipais, ao preencher uma lacuna na contribuição das associações cooperativistas, que é o esforço na exigência de políticas públicas de infraestrutura e logística que atendam às necessidades da agricultura familiar.

6.4 TRABALHO E RENDA

Na tabela abaixo é apresentada a composição da mão de obra utilizada pelas unidades familiares:

TABELA 5 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO TIPO DE MÃO DE OBRA APLICADA - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

	(unid.)	(%)
Só mão de obra familiar	33.908	84,25
Mão de obra familiar e empregado temporário	1.387	3,45
Mão de obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	498	1,24
Mão de obra familiar e serviço de empreitada	2.188	5,44
Mão de obra familiar e demais combinações	2.266	5,63

FONTE: SIDRA (2014).

Adiciona-se que a proporção de unidades não familiares que, embora tenham sido assim classificadas pelo conjunto de critérios da metodologia, contam apenas com mão de obra familiar é de 26,8%, fornecido pelo SIDRA (2014). Esta informação só vem reforçar os dados da tabela acima, na constatação da grande representatividade do trabalho familiar em relação a formas de trabalho empregado.

Quanto ao sexo, 57,61% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares é de homens masculino; quanto à idade, 89,95% é maior de 14 anos. (SIDRA, 2014)

A baixo segue a mão de obra utilizada discriminada por outra ótica, a variável número de pessoas ocupadas, ao invés do número de estabelecimentos.

TABELA 6 – PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO TIPO DE VÍNCULO - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

	(unid.)	(%)
Familiares que não recebiam salário	105.410	93,16
Familiares que recebiam salário	2.743	2,42
Empregados permanentes	980	0,87
Empregados temporários	3.803	3,36
Parceiros (empregados)	130	0,11
Outra condição	78	0,07

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

A baixo são mostrados alguns aspectos básicos do pessoal ocupado nas unidades familiares:

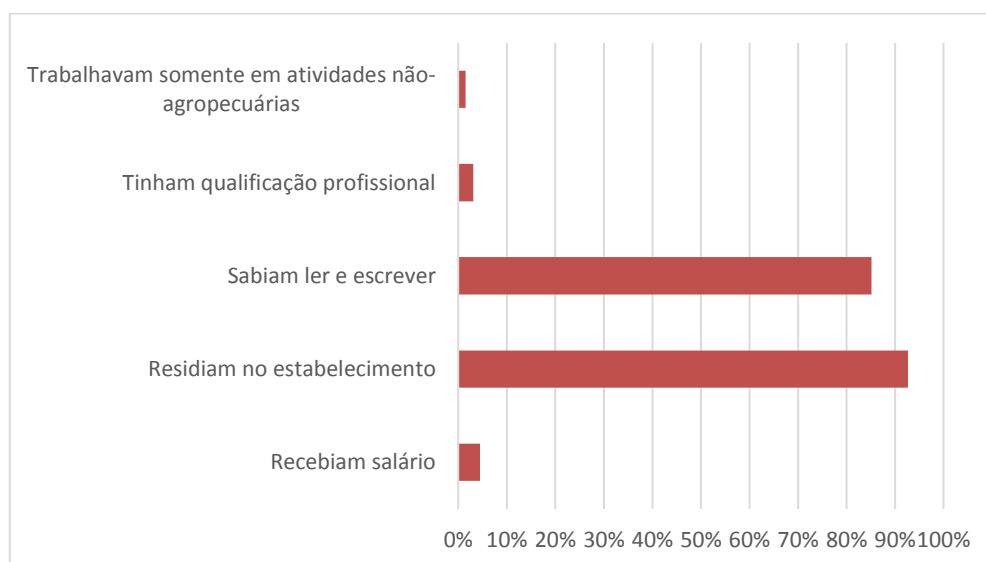


GRÁFICO 10 – PROPORÇÃO DE FAMILIARES MAIORES DE 14 ANOS OCUPADOS NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO PRINCIPAIS ASPECTOS - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA IBGE

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

Flores (2007) questiona a predominância da mão de obra familiar nos estabelecimentos da região. Ele argumenta que, sobretudo no cultivo de lavoura temporária, o tempo de trabalho é concentrado em alguns períodos determinados, como plantio e colheita. Deste modo, mesmo a contratação de trabalho em alguns poucos dias do período produtivo pode representar o bastante para que todo número de horas dedicado às atividades fique a cargo da mão de obra assalariada. No caso

da tabela acima, contudo, deve-se lembrar que as unidades de trabalho assalariado são estimadas pelas metodologias com base no dispêndio e no valor médio das diárias; ou seja, o valor das unidades é sensível à carga de trabalho aplicada em horas.

O trabalho de Flores (2007) tem inspiração declaradamente leninista a respeito do caráter familiar da agricultura do Sudoeste e do destino deste segmento na região. A tentativa de chamar a atenção para uma ilusão sobre a inexpressividade do trabalho assalariado é análoga àquela defendida pelo clássico marxista (vide subitem 2.5). A crítica à insistência na descrição de uma realidade de proletarianização do agricultor familiar do Sudoeste pode ser complementada pelas tabelas a seguir:

TABELA 7 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES CUJO DIRIGENTE DECLAROU TER ATIVIDADE FORA DO ESTABELECIMENTO SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA IBGE

	(unid.)	(%)
Não tinha atividade econômica fora do estabelecimento	31.142	78,78
Agropecuária	4.128	10,44
Não-agropecuária	4.055	10,26
Agropecuária e não-agropecuária	206	0,52

FONTE: SIDRA (2014).

TABELA 8 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES QUE DECLARAM RECEITAS NO ANO SEGUNDO ORIGEM DAS RECEITAS - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA IBGE

	(unid.)	(%)
Total	856.405	100,00
Produtos vegetais	305.605	35,68
Animais e seus produtos	257.093	30,02
Prestação de serviço para empresas integradoras	181.043	21,14
Recursos de aposentadorias ou pensões	70.669	8,25
Salários recebidos pelo produtor com atividade fora do estabelecimento e outras receitas	21.677	2,53
Produtos da agroindústria	7.165	0,84
Demais atividades	13.153	1,54

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

Deve-se lembrar que, da mesma forma que os dados sobre as atividades fora da unidade, as rendas referem-se apenas ao dirigente do estabelecimento e não a toda família. Além disso, embora quase a totalidade dos agricultores familiares tenham declarado algum valor de produção no ano, apenas 49,71% declarou ter obtido receitas¹⁹. (SIDRA, 2014)

Em que pesem essas ressalvas, corrobora-se a base verdadeiramente familiar do trabalho nos estabelecimentos enquadrados nessa categoria. As reduzidas percentagens de dirigentes que declararam atividade fora²⁰ (Tabela 7) e de salários recebidos por essas atividades (Tabela 8) somam-se à predominância estabelecimentos que fazem uso apenas de mão de obra da família (Tabela 5) e de familiares que não recebiam salário no total de pessoal ocupado (Tabela 6). Com base na apuração de 2006²¹, portanto, é de difícil defesa atribuir ao Sudoeste como um todo a condição dos pequenos produtores entrevistados por Flores (2007, p. 75): “em comum entre esses agricultores, é que todos são proprietários, mas como não possuem capital para investir na produção, acabam tendo que vender as suas capacidades de trabalhar (a força de trabalho), em troca de um salário”.

Não diretamente ligada à discussão acima, mas igualmente importante para a descrição da realidade dos estabelecimentos familiares da região, revela-se a importância das aposentadorias e pensões. O IBASE (2006) confirma essa relevância e acrescenta que a certeza desses montantes mensais confere uma certa segurança aos agricultores, frente a sua atividade instável.

6.5 CONDIÇÃO DO PRODUTOR

A tabela a seguir mostra a condição jurídica dos produtores agropecuários familiares e não familiares dessa mesorregião.

¹⁹ De forma semelhante, no país como um todo, cerca de um terço informou ter tido receita nenhuma apesar de quase todos terem contabilizado valor de produção. (SIDRA, 2014; IBGE, 2009)

²⁰ Ressalta-se a grande diferença da proporção nacional de unidades cujo produtor informou não ter tido atividade econômica fora da propriedade, esta estaria em apenas um quarto. (SIDRA, 2014; IBGE, 2009)

²¹ Na época da elaboração do artigo, Flores (2007) provavelmente ainda não dispunha do Censo Agropecuário de 2006, uma vez que sua análise baseia-se nos dados do Censo Agropecuário de 1995-1996, no Censo Demográfico de 2000 ou anteriores.

TABELA 9 – ESTABELECIMENTOS FAMILIARES SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

	(unid.)	(%)
Proprietário	33.247	84,10
Assentado sem titulação definitiva	482	1,22
Arrendatário	2.022	5,11
Parceiro	743	1,88
Ocupante	2.090	5,29
Produtor sem área	947	2,40

FONTE: SIDRA (2014).

Para Flores (2007), essa predominância clara da categoria proprietários esconde a proletarização do agricultor familiar da região. O autor defende que essa condição não é o que determina a o volume produzido e sim o capital investido no estabelecimento. A situação mais comum seria aquela em que o produtor é proprietário, mas não possui capital (e não tem meios financeiros de obtê-lo) para explorar sua terra e acaba por vender sua força de trabalho.

Visualiza-se na tabela abaixo que, embora se verifique um acréscimo nas condições mais precárias de acesso à terra conforme a renda abaixa, mesmo no estrato “D”, a categoria “proprietário” é superior a 80% dos estabelecimentos. Não é possível avaliar através dessa observação a afirmação de Flores sobre a proletarização, porém os dados indicam fortemente a procedência de um aspecto do argumento do autor, de que a condição de proprietário não é garantia da capacidade produtiva do agricultor.

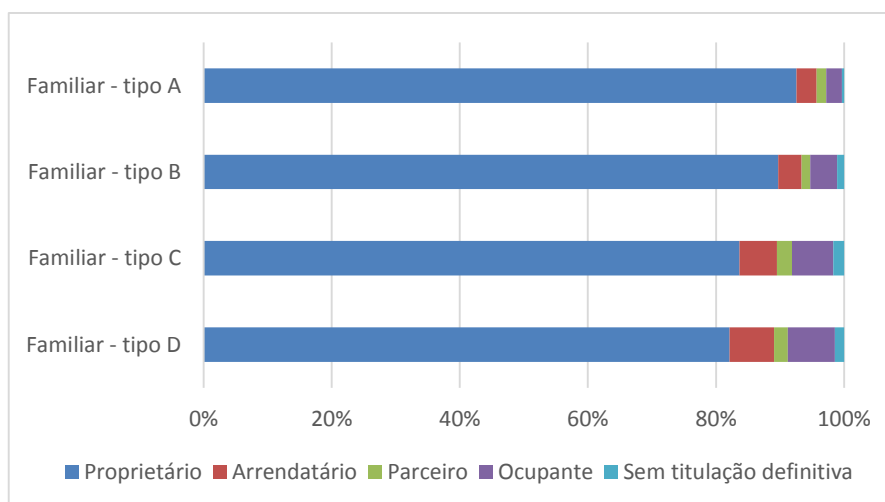


GRÁFICO 11 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR FAMILIAR SEGUNDO FAIXAS DE RENDA - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA FAO/INCRA

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

6.6 PERMANÊNCIA NO CAMPO

Segue gráfico que ilustra o êxodo rural nas últimas décadas:

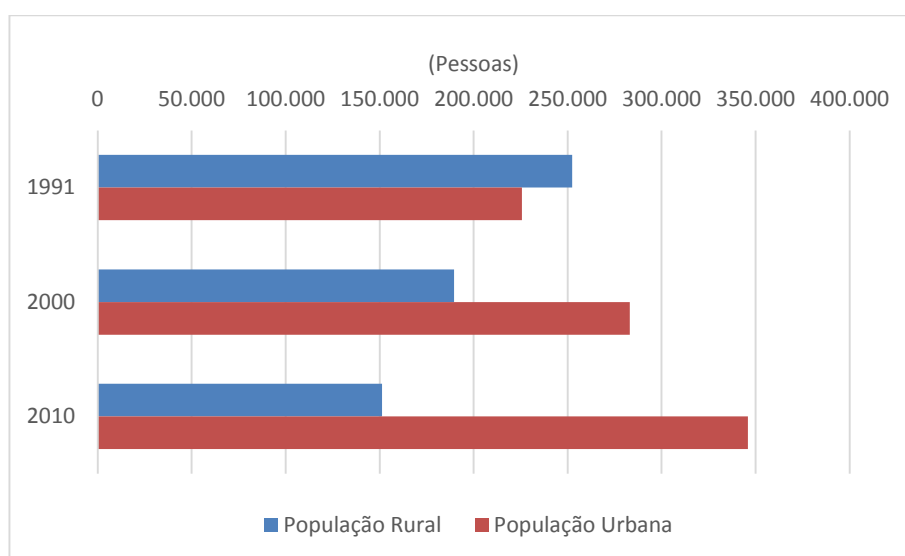


GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES RURAL E URBANA – SUDOESTE PR

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Alguns dos elementos explorados nesta sessão até o momento contribuem para a falta de perspectiva no meio rural do Sudoeste do Paraná. Pode-se enumerar, como identifica Santos (2008) e, de forma mais incisiva, o IBASE (2006), as dificuldades ligadas à estratégia monocultora e à redução da produção para o autoconsumo, bem como os altos custos dos insumos associada à degradação continuada dos solos. Atenuam esse cenário: as ações do PAA (vide subitem 5.1.2) e das associações de cooperativas (visto no subitem 5.3); o acesso ao crédito proporcionado pelo PRONAF, em que pese o estímulo à concentração produtiva (subitem, 5.2); e as rendas de aposentadorias e pensões (subitem 5.4).

Além da desesperança em que o campo possa oferecer condições de gerar renda suficiente para se viver bem, outros fatores fazem com que, em geral, não seja o desejo do agricultor familiar do Sudoeste do Paraná que seus filhos fiquem no

meio rural: visão do trabalho no campo como uma atividade árdua; existência de poucas escolas de ensino médio fora do meio urbano, de modo que o estigma social sofrido pelos agricultores, é sentido mais de perto pelos adolescentes, que normalmente vão estudar na cidade. Ao mudar-se, a ocupação comum dessas moças e rapazes, é o serviço doméstico, na expectativa de que seja um degrau para outras atividades. Em contraposição, é alto o número de jovens que retornaria em decorrência do desemprego. Além disso, o caso da exploração leiteira - e a melhor perspectiva que a atividade oferece - é um motivo da permanência de uma parcela dos jovens. (IBASE, 2006)

Flores (2007, p. 74) também alude a esse fenômeno, que para ele representa a proletarianização: “até a adolescência as pessoas, de certa forma, têm ficado no campo, mas a partir dos 20 anos de idade começam a sair para as cidades.”

A figura a seguir sintetiza a relação entre os determinantes mencionados acima:

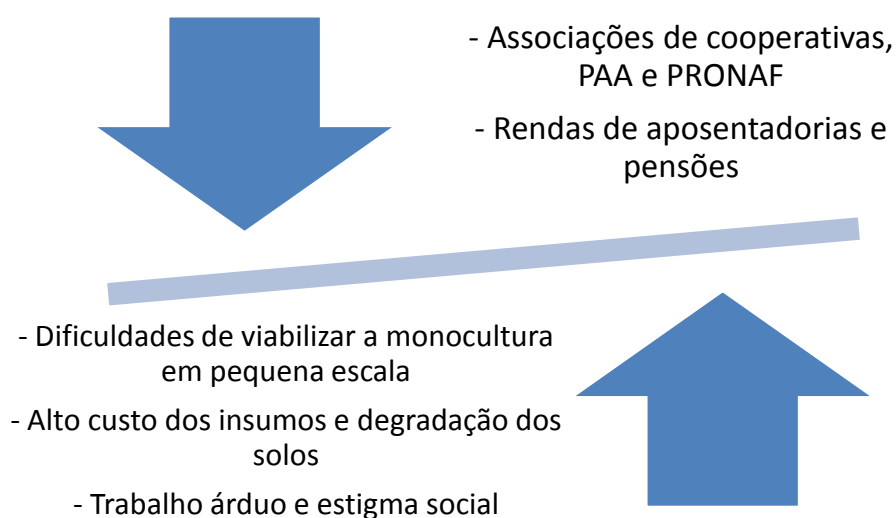


FIGURA 2 – FATORES QUE CONTRIBUEM NEGATIVAMENTE E POSITIVAMENTE PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR NO CAMPO.

FONTE: Elaboração própria.

6.7 O DIRIGENTE DO ESTABELECIMENTO

Finaliza-se a exposição dos dados da agricultura familiar do Sudoeste Paranaense com um curto tópico. Trata-se da caracterização segundo sexo e idade dos dirigentes dos estabelecimentos, conforme tabela a seguir:

TABELA 10 – DIRIGENTE DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO SEGUNDO SEXO E ANOS DE EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE - SUDOESTE PR - 2006 - METODOLOGIA IBGE

	(unid.)	(%)
Total	39.531	100,00
Feminino	3.503	8,86
Menos de 1 ano	120	0,30
De 1 a menos de 5 anos	528	1,34
De 5 a menos de 10 anos	484	1,22
De 10 anos e mais	2.371	6,00
Masculino	36.028	91,14
Menos de 1 ano	807	2,04
De 1 a menos de 5 anos	5.350	13,53
De 5 a menos de 10 anos	5.261	13,31
De 10 anos e mais	24.610	62,25

FONTE: FONTE: Elaboração própria com base nos dados do SIDRA (2014).

Destaca-se a experiência e a predominância do sexo masculino para os dirigentes dos estabelecimentos. Embora as mulheres componham 42,39% do pessoal ocupado nas unidades familiares, elas representam apenas 8,86% dos dirigentes de estabelecimentos. (SIDRA, 2014)

Relaciona-se à questão de gênero, embora não especificamente ao dirigente, o comentário do IBASE (2006) sobre a atividade leiteira na região. Em sua origem era um trabalho secundário associado à atividade doméstica e atribuído praticamente apenas às mulheres. Com o crescimento do setor, houve rompimento do vínculo com as tarefas da casa e da sua identificação como atividade feminina; persistiu, porém, a destacada participação das mulheres, revelada pela composição

das diretorias de cooperativas e dos sindicatos. Este fato, no entanto, não tem representado modificações na separação das tarefas domésticas, ainda a cargo das mulheres.

7 CONCLUSÃO

Até os anos 1940, o ocupante do Sudoeste do Paraná, o caboclo, estabelecia com a terra uma relação de usufruto, dela retirando quase que exclusivamente seus meios de subsistência; a exceção das áreas de fronteira, o comércio era incipiente. A partir daquela década, a migração dos colonos gaúchos e catarinenses, descendentes dos europeus, promoveu o povoamento intensivo e efetivo da região normalmente pela compra das posses dos caboclos. Estabelecia-se um modelo baseado na propriedade da terra, e não apenas na posse e no uso de seus recursos. Essa nova ordem fazia parte do projeto de modernização do Estado. A produção que antes se expandia na floresta, passa a se restringir aos limites da propriedade. Por questões de racionalidade econômica, que consideravam a disponibilidade de terra na época, o sistema de rotação de terras, se manteve, constituindo uma forma de produção que adaptava a herança da Revolução Agrícola Europeia às particularidades da região.

Os colonos organizaram-se e defenderam sua terra contra o latifúndio na Revolta de 1957. Esse histórico de união e luta iria refletir na criação de associações e cooperativas e, portanto, no tecido institucional atual.

As transformações agrícolas no mundo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, começam a ser sentidas no Sudoeste na década de 1970. No entanto, essas mudanças não atingiram a região de forma homogênea: parte dos agricultores teve condições de se modernizar; outros, principalmente por carência de crédito, não puderam fazê-lo. Daí um processo de diferenciação social mais intenso do que se verifica no período anterior. Ainda assim, mesmo para aqueles agricultores que implementaram inovações, acompanharam a modernização até certo limite. Se foram incorporadas novas técnicas, como a alimentação do gado com ração, preservação da qualidade do solo por meio de insumos artificiais e uso de sementes selecionadas, algumas antigas técnicas da tradição do colono foram mantidas, a

exemplo da tração animal. Quanto ao portfólio de produtos, ganharam importância a soja e o milho, caraterísticos da pauta de exportação, priorizada por políticas do Estado.

Esses dois projetos de modernização, que se materializaram primeiramente na vinda do colono e depois nas inovações dos anos 1970, recebem a nítida marca de insensibilidade do Estado às necessidades das populações que sustentam o modelo a ser superado.

Na década de 1990, a agricultura familiar começava a ganhar mais espaço na agenda das políticas públicas. Essa nova forma de encarar o segmento se dá num contexto em que o movimento dos trabalhadores rurais se destacava, especialmente nas “Jornadas Nacionais de Luta” e a definição de agricultura familiar e as necessidades da categoria foram melhor identificadas pelos estudos da união FAO/INCRA. As novas possibilitaram mudanças na perspectiva que a modernização impôs ao agricultor familiar. A criação do PRONAF, em que pese as críticas sobre o programa, exemplifica direcionamento de forma inédita, por parte do poder público, de responder as demandas da agricultura familiar.

A situação do agricultor familiar do Sudoeste do Paraná nos dias de hoje obviamente sofre os efeitos de todo processo analisado, e de forma mais visível a modernização da década de 1970 e as políticas nos anos 1990. Percebe-se hoje uma estratégia monocultora e da redução da produção para o autoconsumo que, se contribui expressivamente no valor da produção da região, se mostra pouco viável ao agricultor familiar, ao menos àquele que opera em pequena escala. Enfrentam esse cenário e tentam atingir em maior plenitude as necessidades econômicas dos produtores (contribuindo para sua permanência no campo) ações como o PAA e associações de cooperativas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense**. Dissertação (Sociologia Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 11/10/2014
- BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39>. Acesso em: 11/10/2014
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí, RS: Unijuí, 1985
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos**, 2004. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/paa_sumario_2004.pdf>. Acesso em: 18/11/2014
- CORONA, H. M. (2003). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **As Estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná frente à modernização no campo**.
- FLORES, E. L. Sudoeste Paraense: agricultura familiar ou capitalista? **Faz Ciência**, v. 9, n.9, p. 59-80, jun./jul. 2007.
- GOMES, I. Z. **1957 A revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- Governo do Estado do Paraná. **Mapa do Sudoeste do Paraná**. Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>>. Acesso em: 02/10/2014
- GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. (2012). Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório Pronaf Resultados da Etapa Paraná**. Rio de Janeiro, RJ.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1990). **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais, 2014. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: 22/09/2014

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000.

KAUTSKY, K. **A questão agrária: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. Porto: Portucalense, 1972.

LENIN, I. V. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em:
<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>>. Acesso em: 03/11/2014

SANTOS, R. A. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Presidente Prudente 2008.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Geografar**, v.5, n.1, 25-45, jan./jun. 2010.

Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2014. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 02/02/2014

WACHOWICZ, R. C. (1988). **História do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1988.